

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DA FAZENDA
ALAGOAS ATIVOS

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2022



AlagoasAtivos

PODER EXECUTIVO
SECRETARIA DA FAZENDA
ALAGOAS ATIVOS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2022

Relatório de Gestão do exercício de 2022, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta empresa pública está obrigada nos termos do art. 8º, inciso IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Maceió, 03 de abril de 2023

Alagoas Ativos S.A.

CNPJ nº 29.218.037/0001-72

Superintendência de Governança, Riscos e Compliance

Lista de Siglas e Abreviações

ABDE – Associação Brasileira de Desenvolvimento
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCERC – Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso
CEASA – Central de Abastecimento
CGE – Controladoria Geral do Estado
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPP – Companhia Paulista de Parcerias
CP³P – Certified PPP Professional
CPPP – Complexo Prisional Público Privado
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFC - Demonstrativo de Fluxo de Caixa
DLPA - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DVA - Demonstração do Valor Adicionado
e-OUV – Portal de Ouvidora do Estado de Alagoas
e-SIC – Portal de Serviço de Informação ao Cidadão
FAP – Fundo Alagoano de Parcerias
FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FISCO – Autoridade Fazendária
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GP – Goiás Parcerias
GPA – Gestores Prisionais Associados
IN – Instrução Normativa
IP – Iluminação Pública
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISO - International Organization for Standardization
MGI – Minas Gerais Participações S.A.
NBR ISO – Norma Brasileira da Organização Internacional de Normatização
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDEG - Programa de Desmobilização de Ativos do Estado de Goiás

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PPP – Parceria Público Privada

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

RJ – Rio de Janeiro

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

S.A. – Sociedade Anônima

SPE – Sociedade de Propósito Específico

STF – Supremo Tribunal Federal

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SUPARC - Superintendência de Parcerias e Concessões Piauí

SEGES/MP - Secretaria de Gestão - Ministério do Planejamento

SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão

SEF - Secretaria de Estado da Fazenda

SP – São Paulo

SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos

SEDETUR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo

UAI – Unidade de Atendimento Integrado

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma	14
Figura 2 - Modelo de Governança.....	20
Figura 3 - Fluxo de PPPs.....	33

Lista de Quadros

Quadro 1 - Mapa estratégico	18
Quadro 2 - Carta de Serviços	28
Quadro 3 - Mapa de Riscos	29
Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos.....	31
Quadro 5 - Quadro geral de lotação de vagas	45

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Orçamento por categoria.....	42
--	----

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Pessoal.....	43
Tabela 2 – Aplicações Financeiras.....	44

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	12
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	13
1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE	13
1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	14
1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA.....	14
1.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL.....	14
1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	15
1.3.3. CONSELHO FISCAL.....	15
1.3.4. DIRETORIA	15
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	17
2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO.....	17
2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	19
2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS	20
2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	22
2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	22
2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	23
2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO	23
2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	23
2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO.....	23
2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.	23
2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	24
2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	25
2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS	26
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	29
3.1 PRINCIPAIS RISCOS	29
3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES.....	29
3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	30
3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO	30
3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA	30
3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS.....	30

4.	RESULTADO DA GESTÃO.....	32
4.1	RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO	32
4.1.1	PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO	32
4.1.2	PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	32
4.1.3	PERSPECTIVA CLIENTES.....	33
4.1.4	PERSPECTIVA FINANCEIRA	35
4.2	PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS.....	36
4.2.1	ABATEDOURO REGIONAL DE VIÇOSA.....	36
4.2.2	AVALIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS - CEASA	37
4.2.3	FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS.....	38
4.2.4	AEROPORTO COSTA DOS CORAIS EM MARAGOGI	39
4.2.5	AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS IMPACTADOS PELO CASO BRASKEM.....	40
5.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	41
5.1	ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE	41
5.2	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	41
5.2.1.	ORÇAMENTO 2022.....	41
5.2.2.	ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA DE DESPESA	42
5.2.3.	PESSOAL	43
5.2.4.	CUSTEIO.....	43
5.2.5.	CAPITAL.....	43
5.2.6.	RECEITAS.....	43
5.2.7.	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	44
5.3	GESTÃO DE PESSOAS.....	45
5.4	GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.....	45
5.4.1.	DETALHAMENTO DAS CONTRATAÇÕES.....	46
5.5	GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	49
5.6	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	49
5.7	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	49
6.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	51
6.1	OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS	51
6.2	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	51
6.3	NOTAS EXPLICATIVAS.....	51
7.	CONCLUSÃO E APROVAÇÃO	51
8.	ANEXOS E APÊNDICES	53
	ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	53
	ANEXO II - RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	70

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, apresenta o Relatório de Gestão referente aos atos de gestão praticados no exercício de 2022 e contém a apresentação da empresa, a visão geral organizacional e ambiente externo, planejamento estratégico e governança, gestão de riscos e controles internos, resultados da gestão, alocação de recursos e áreas especiais de gestão e outras informações relevantes.

O presente relatório foi editado para atender às determinações do art. 8º, IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que determina que as empresas públicas e sociedades de economia mista deverão divulgar relatório integrado ou de sustentabilidade, de forma a obedecer ao postulado da transparência e da Resolução Normativa nº 001/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE/AL.

O ano de 2022 foi um ano extremamente importante para a empresa, uma vez que foi um ano de aumento de receitas advindas da administração do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP, atingindo metas importantes relacionadas a sua atividade fim e seus objetivos financeiros.

Internamente, tendo em vista que a empresa já se encontra estruturada e organizada, não houve mudanças significativas, mas tão somente alteração em sua estrutura organizacional, bem como a manutenção e acompanhamento das necessidades da equipe, como processos e procedimentos, políticas internas, objetivos e metas e gestão de pessoas.

Por fim, no que se refere às suas finalidades institucionais, em 2022 a empresa seguiu o planejamento estratégico bianual desenvolvido no ano anterior e conseguiu atingir diversas metas importantes, como por exemplo:

- I - Conceder garantia a dois projetos de Parceria Público-Privada através do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, gerando nova receita para a Alagoas Ativos;
- II – Finalizar procedimento de, pelo menos, um projeto de concessão modelado pela empresa;
- III – Iniciar procedimento interno de estruturação do Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas.

O Relatório de Gestão 2022 da Alagoas Ativos apresenta as ações executadas em suas principais áreas de atuação e seus resultados, mostrando como a empresa desenvolveu as ações de seu planejamento e enfrentou os desafios de consolidar-se como a empresa alagoana de gestão dos ativos patrimoniais e responsável pelas Parcerias Público Privadas do Estado de Alagoas.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE

A Alagoas Ativos é uma empresa pública do Estado de Alagoas, constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), com sede e foro em Maceió, e tem como missão “Viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de estrutura qualificada gerando desenvolvimento socioeconômico alinhado aos anseios da sociedade”.

A visão da empresa é “Ser reconhecida nacionalmente como uma importante conexão entre os investimentos públicos e o desenvolvimento socioeconômico do estado de Alagoas”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, define seu fim específico, quais sejam:

I – colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;

II – gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;

III – gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e

IV – estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ainda, ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

I – administrar e explorar economicamente ativos estaduais;

II – auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;

III – estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

IV – auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;

V – auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;

VI – colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;

VII – participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

A composição acionária da Alagoas Ativos é formada essencialmente pelo Estado de Alagoas, que integralizou seu capital social subscrito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), divididos em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cabendo a cada uma o direito a um voto nas deliberações da assembleia. Não houve mudanças na composição acionária da Alagoas Ativos em 2022 e a empresa não possui participação em outras sociedades.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Alagoas Ativos finalizou o ano de 2022 com a seguinte estrutura organizacional:

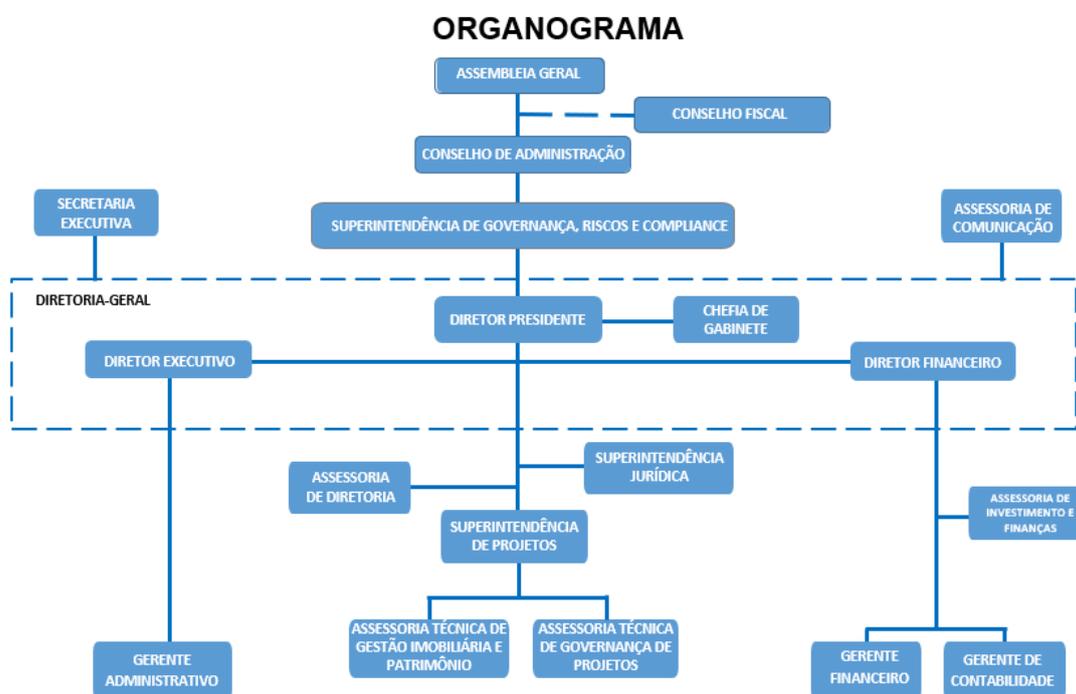


Figura 1 – Organograma

1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA

1.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL

É o órgão composto pelos acionistas da Alagoas Ativos, que em 2022 foi somente o Estado de Alagoas, que tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as decisões necessárias para a sua defesa e desenvolvimento.

De acordo com Estatuto da empresa, a Assembleia Geral tem poderes para tomar as contas anuais dos seus administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas, deliberar sobre a destinação do lucro líquido de exercício e a distribuição dos dividendos, eleger os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É o órgão de deliberação colegiada responsável, juntamente com a Diretoria, pela administração da empresa, sob a fiscalização do Conselho Fiscal, composta por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555/2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016.

O Conselho de Administração tem por missão institucional principal cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, além de competências gerenciais da empresa, como eleger e destituir os Diretores da Companhia, escolher e destituir Auditores independentes, aprovar regimentos, políticas e códigos internos da empresa e práticas de governança corporativa e de controle de orçamento, informações contábeis e financeiras da empresa.

Quanto à missão estratégica da companhia, o Conselho de Administração tem a atribuição de fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, para posterior encaminhamento ao Conselho Gestor de Parceria Público-Privada, que se manifestará nos termos da legislação vigente.

1.3.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinando sobre o relatório anual da administração e sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a companhia e analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.

É órgão de funcionamento permanente, composto, em 2022, por três membros efetivos, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

1.3.4. DIRETORIA

Conforme seu Estatuto Social, a Diretoria da Alagoas Ativos é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, a quem cumpre a missão institucional de cumprir as metas e resultados estabelecidos pelo Conselho de Administração, observados os fins específicos da companhia, além de ser o órgão competente para elaborar, realizar e cumprir as políticas, códigos, regimentos e relatórios internos da empresa, realizar aquisições, representar a companhia ativa e passivamente e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-

financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, e submetê-las à deliberação do Conselho de Administração.

Durante todo o exercício de 2022, a Diretoria funcionou com seu quadro completo, o que possibilitou a separação de funções e responsabilidades previstas nos documentos regulatórios da empresa.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO

Em 2022, a Alagoas Ativos continuou a perseguir os objetivos previstos no planejamento estratégico formulado para o ano de 2021, tendo em vista não ter conseguido alcançar todas as metas estabelecidas. Dessa forma, sua atenção voltou-se para os objetivos relacionados diretamente com sua missão institucional, sem deixar de lado a objetivos focados na devida estruturação da empresa, de acordo com os seguinte Mapa Estratégico:

MAPA ESTRATÉGICO

PERSPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES ESTRATÉGICOS	META ESTRATÉGICA	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Perspectiva Resultados	Estruturar Fundo Imobiliário	Fundo Imobiliário 100% estruturado	Fundo estruturado até dezembro de 2023	Criar Fundo Imobiliário
				Definir Relação dos imóveis desafetados
				Estruturar Fundo Imobiliário
	Garantir todos os projetos solicitados através do FAP	Percentual de projetos garantidos	Garantir 100% dos projetos solicitados até julho de 2022	Garantir SANAMA
				Garantir SANEMA
				Garantir IGUÁ
	Participar da modelagem de três projetos de concessões ou PPPs até 2023	Quantidade de projetos modelados pela Alagoas Ativos	Modelar 3 projetos até dezembro de 2023	Realizar modelagem do Aeroporto de Maragogi
				Realizar modelagem do CEASA
				Realizar modelagem do Centro de Convenções
Perspectiva Processos	Aprimorar processos e procedimentos internos e externo	Percentual do processo implantado	100% do processo de modelagem implantado	Definir processo de modelagem de concessões e PPPs
		Percentual do processo implantado	100% do processo do FII implantado	Definir processos do FII

Perspectiva Aprendizado e Conhecimento	Capacitar equipe em PPPs e Concessões e Gestão de ativos	Percentual da equipe capacitada	Mais de 50% da equipe capacitada	Realizar capacitação da equipe em PPP e concessões e
				Realizar capacitação em gestão de ativos
				Realizar capacitações individualizadas para cada área
	Aprimorar estrutura da área financeira da empresa	Percentual da área terceirizada	100% das áreas fiscal e trabalhista da empresa terceirizada	Contratar empresa especializada nas áreas fiscal e trabalhista para assessorar a Alagoas Ativos
Perspectiva Financeira	Repór 1% do capital social	Percentual de capital social reposto	1% do capital social reposto ao final do exercício social de 2021	Repór 1% do capital social em 2021
	Ter receitas suficientes para atingir o ponto de equilíbrio	Montante de receitas suficientes para cobrir os custos da empresa até final de 2022	Receita de, pelo menos, R\$ 380.000,00	Criar receita a partir da Modelagem de projetos
				Manter receitas a partir da outorga de Garantia a projetos de PPP
	Manter receita a partir da Gestão do FAP			
Atingir receita anual bruta de R\$ 3.400.000 em 2022	Percentual do valor definido	100% do valor definido recebido	Atingir receita bruta de R\$ 3.400.000,00 em 2022	

Quadro 1 - Mapa estratégico

Na perspectiva Aprendizado e Crescimento foi definido o objetivo estratégico de “Capacitar equipe em PPPs e Concessões e Gestão de Ativos”, cuja estratégia foi manter, pelo menos, 50% da equipe capacitada nas atividades fim da empresa, com capacitações voltadas para o sistema de PPPs e concessões, gestão de ativos e, também, relacionadas a atividade de cada área específica da empresa.

Além disso, também foi definido o objetivo estratégico de “Aprimorar a estrutura da área financeira da empresa”, com a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contábeis para as áreas fiscal e trabalhista da empresa, o que foi totalmente implantado em 2022.

Já na perspectiva Processos Internos estabeleceu o objetivo estratégico de “Aprimorar processos e procedimentos internos e externos”, cuja intenção foi implantar processo de modelagem de concessões e PPPs, para que a empresa possa expandir seu portfólio de projetos, além de definir os processos necessários para a implantação do Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas.

A perspectiva Resultados foram definidos os objetivos estratégicos de “Estruturar Fundo Imobiliário”, “Garantir todos os projetos solicitados através do FAP” e “Participar da modelagem de três projetos de concessões ou PPPs até 2023”, que tiveram como estratégia o foco da empresa em ações que efetivamente tenham relação com o objetivo institucional da empresa, de forma a obter os resultados que forma construídos desde a sua criação.

Por fim, na Perspectiva Financeira, foram identificados os objetivos estratégicos de “Repor 1% do Capital Social da Empresa”, “Ter receitas suficientes para atingir o ponto de equilíbrio” e “Atingir receita anual bruta de R\$ 3.400.000 em 2022”, cujas ações tiveram a intenção de focar nos resultados financeiros da empresa.

Os objetivos traçados para 2022 na Perspectiva Resultados Financeiros se alinharam diretamente com a missão da Alagoas Ativos, pois se voltaram prioritariamente para a realização de estratégias que tiveram como fim a prestação dos serviços para os quais a empresa foi criada, fechando, dessa forma, seu ciclo de implantação. A partir de 2021, a Alagoas Ativos passou a ter receitas oriundas diretamente de suas atividades, além de ter acompanhado a finalização de projetos que foram modelados pela sua equipe, passando, então, viver a sua missão de forma plena.

Quanto aos objetivos estratégicos traçados nas Perspectivas Aprendizado e Crescimento e Processos Internos se voltaram, prioritamente a apoiar a empresa, criando processos ágeis e em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável, melhorando sua estrutura, de forma a acompanhar o seu crescimento e definindo metas financeiras que motivem a empresa a alcançar sua missão institucional.

2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Alagoas Ativos S.A. foi criada através da Lei 7.893, de 23 de junho de 2017, com a finalidade de dotar o Estado de mecanismos modernos de gestão e adequados à estrutura normativa vigente, otimizando desta forma a eficiência na gestão de ativos, visando o melhor atendimento ao interesse público.

Por ser uma empresa pública, a Alagoas Ativos S.A deve operar nos moldes da Lei Federal 13.303/2016, em conjunto com a Lei nº 6.404/76 e com o Decreto Estadual nº 52.555/2017, no tocante às exigências estatutárias, governança corporativa, treinamento de pessoal, compliance, controle interno e demais providências legais.

Dessa forma, a Alagoas Ativos apresentou, em 2022, a seguinte estrutura de Governança:

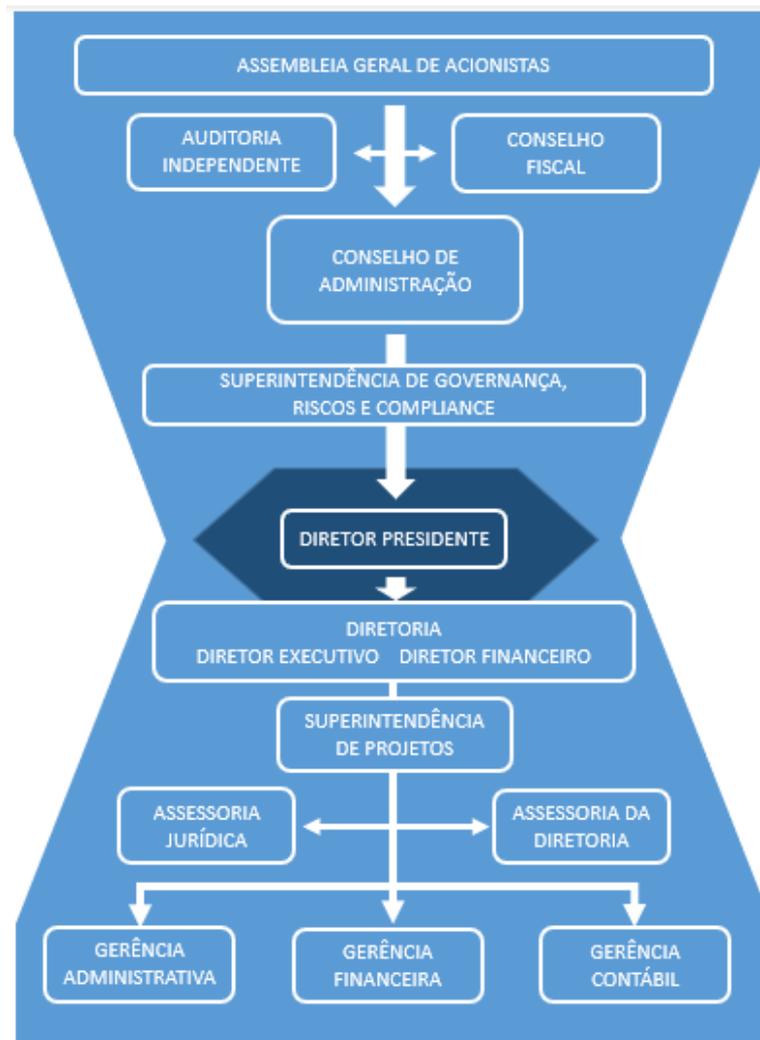


Figura 2 - Modelo de Governança

Em sua estrutura de Governança, hoje, a Alagoas Ativos mantém a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, além da Diretoria Geral, formada pela Presidência, Diretoria Executiva e Diretoria Financeira. Como órgãos internos de apoio à Governança existem a Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, a Superintendência de Projetos, a Superintendência Jurídica, a Assessoria da Diretoria, a Assessoria Técnica de Gestão Imobiliária e Patrimônio, a Assessoria Técnica de Governança de Projetos, a Assessoria de Investimentos e Finanças, a Assessoria de Comunicação, a Chefia de Gabinete e as Gerências Administrativa, Contábil e Financeira, que também funcionam como órgãos de apoio à Gestão.

2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

De acordo com seu Estatuto, a Alagoas Ativos, além da Assembleia Geral, dispõe de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Geral como órgãos colegiados estatutários.

A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da Companhia e é constituído por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017.

Ao longo do ano de 2022 foram realizadas doze Reuniões Ordinárias, que aconteceram mensalmente conforme previsão do Estatuto Social da empresa, e uma Reunião Extraordinária e durante boa parte do ano, o Conselho funcionou com cinco membros membros até o fim do exercício.

O Conselho prestou um papel essencial nas decisões estratégicas da empresa, sempre alinhadas com as diretrizes do Governo do Estado, proporcionando suporte à Diretoria e direcionando a empresa a trabalhar com segurança e com as melhores práticas.

Adicionalmente, segue a composição do Conselho de Administração em 2022:

George André Palermo Santoro, Presidente do Conselho de 01/01/2022 a 31/12/2022.

José Ernesto de Sousa Filho, Conselheiro de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Gabriela Magalhães Conselheira de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Antônio Tenório Cavalcante Neto, Conselheiro de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Maria Clara Cavalcante Bugarim, Conselheira de 01/01/2022 a 31/12/2022.

B. DIRETORIA GERAL

A Diretoria Geral é composta pelo Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 2017.

Os critérios de elegibilidade de administradores, prazos de gestão e atribuições são fixados pelo Estatuto Social da Alagoas Ativos e segue os requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16 e pelo Decreto Estadual nº 52.555/17.

A Alagoas Ativos funcionou com seu quadro de Diretores completo durante todo o ano, porém o acionista da empresa indicou nova Diretora Financeira, a Sra. Adriana Andrade Araújo, que foi empossada pelo Conselho de Administração em 29 de agosto de 2022.

Adicionalmente, seguem as informações individuais dos dirigentes, retratando a composição da Diretoria da Alagoas Ativos em 2021:

Antônio Tenório Cavalcante Neto, Presidente de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Eder Correia de Araújo, Diretor Executivo de 01/01/2022 a 31/12/2022.

José Helenildo Ribeiro Monteiro, Diretor Financeiro de 01/01/2022 a 28/08/2022.

Adriana Andrade Araújo, Diretora Financeira de 29/08/2022 a 31/12/2022.

C. CONSELHO FISCAL

No ano de 2022 foram realizadas seis Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal da Alagoas Ativos, realizadas bimestralmente conforme preceitua o Estatuto Social da empresa. Na ocasião das reuniões foram aprovados os balancetes relativos ao bimestre anterior à reunião, que apresentavam as movimentações relativas aos gastos com pessoal, custeio e capital da empresa, os quais foram todos aprovados pelo Conselho.

Durante todo o ano de 2022, o Conselho Fiscal funcionou com todos os seus membros, com a seguinte composição:

Renata dos Santos, Conselheira de 01/01/2022 a 31/12/2022.

José Ediberto de Omena, Conselheiro de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira, Conselheira de 01/01/2022 a 31/12/2022.

2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A atuação da auditoria interna é regulada pelo Estatuto Social do Alagoas Ativos, que prevê que a empresa deve ter uma estrutura administrativa que contenha área de compliance e área de auditoria interna, conforme determina a Lei nº 13.303/16 e o Decreto Estadual nº 52.555/17.

O Estatuto da empresa prevê que a área deverá ser vinculada diretamente ao Conselho de Administração e é responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras e pela elaboração de relatórios sobre as conclusões de todas as suas atividades, sempre visando a transparência e ao interesse público, assegurado o necessário sigilo durante a coleta e análise de dados e informações.

Em 2022, a área de Compliance focou na continuidade do aperfeiçoamento das de suas estruturas internas, com a revisão anual do Programa de Compliance, da matriz de riscos da empresa, das políticas internas e dos procedimentos da área.

2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Em atendimento às disposições da Lei nº 11.638/07, da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16 e das instruções, normas e procedimentos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão, a Alagoas Ativos S.A. contratou em fevereiro de 2022 o serviço de auditoria independente para avaliação de suas Demonstrações Contábeis da empresa.

Nesses termos, as Demonstrações Contábeis da Alagoas Ativos referentes ao exercício de 2019, foram avaliadas pela empresa Convicta Auditores Independentes SS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.061.922/0001-05, contratada por meio de dispensa de licitação, e entregou seu relatório contendo avaliação sobre o balanço patrimonial, demonstrações do resultado,

demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa.

O relatório da Auditoria Independente consta do Anexo II deste relatório.

2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

De acordo com o Regimento Interno da Alagoas Ativos, é de competência da Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, a verificação do cumprimento de obrigações, da conduta, integridade, gestão de riscos, prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude dentro da empresa, além de cuidar da implementação e cumprimento do Código de Conduta e Integridade da Companhia.

Nesse sentido, não houve ilícitos administrativos a serem apurados no ano de 2022, não havendo atividade de correção nesse período.

2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Do mesmo modo que o item anterior, em 2022 não houve condutas por parte dos colaboradores da empresa que dessem causa à apuração de responsabilidade por danos ao erário.

2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que não possui subsidiárias e não está conglomerada ou coligada a nenhuma outra empresa estatal. Não há, portanto, política de designação de representantes de Assembleias e Colegiados de controladas e coligadas ou de Sociedades de Propósito Específico.

2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO

Conforme item anterior, como a empresa não possui subsidiárias, controladas ou coligadas, não fazendo parte de conglomerado, não existe modelo de governança dessa natureza.

2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que tem o Estado de Alagoas como seu único acionista. Dessa forma, não há participação acionária de qualquer membro dos colegiados da entidade.

2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Alagoas Ativos S.A. foi criada para fazer parte do Programa de Concessões e Parceria Público-Privada do Estado de Alagoas, publicado pela Lei Estadual nº 8.232, que possui o intuito de promover, fomentar e disciplinar a realização de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta.

A referida lei foi publicada após diversos estudos sobre as concessões e PPPs existentes no Estado e traz as diretrizes de estruturação e governança do Programa de Concessões e PPPs, o Plano Estadual de Concessões e PPPs, além de dispor sobre os instrumentos, regras de licitação e contratos firmados no âmbito do Programa.

Nesse contexto criado, a Alagoas Ativos tem o papel principal de ser responsável por gerir o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado para garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiro público.

Ainda, a empresa tem como um de seus objetivos institucionais ser uma entidade de auxílio ao Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral, de forma a viabilizar projetos de concessão e de parcerias público-privadas junto às Secretarias de Estado interessadas, realizando análises e modelagens de projetos de concessões e parcerias público-privadas.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial e dos ativos do Estado de Alagoas ou de seus órgãos e entidades da administração direta, auxiliando na conservação, manutenção e melhor aproveitamento dos bens públicos estaduais.

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa realizou estudos sobre projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, focando, principalmente, na modelagem do projeto do Aeroporto de Maragogi. No entanto, o foco principal da empresa foi a garantia dos projetos de PPP já existentes no Estado, através do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Além da outorga já existente junto à SANAMA, a empresa findou as negociações com as concessionárias SANEMA e a Iguá para que os seus contratos sejam garantidos através do FAP, o que foi efetivamente aprovado pelo Conselho Consultivo e pela Assembleia de Cotistas do Fundo em 2022.

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu três objetivos estratégicos principais: Estruturar Fundo Imobiliário, garantir todos os projetos solicitados através do FAP e Participar da modelagem de Concessões e PPPs até 2022.

Em 2022, a empresa a empresa cumpriu as seguintes metas:

- a) Realizar modelagem do Aeroporto de Maragogi;
- b) Garantir projeto SANEMA através do Fundo Alagoano de Parcerias;
- c) Garantir projeto IGUÁ através do Fundo Alagoano de Parcerias;
- d) Aumento de receita a partir da gestão do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;
- e) Aumento de receita a partir de garantia de projetos através do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;
- f) Expandir serviços prestados pela empresa.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por um Conselho de Administração, integrado por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração.

Como instância maior de fiscalização da empresa está o Conselho Fiscal, composto por quatro membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária

A empresa conta, ainda, com uma Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, responsável tanto pela implantação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance da empresa, da verificação da conformidade da empresa às exigências legais e pela implantação, execução e monitoramento da auditoria interna da empresa e avaliação e acompanhamento dos controles internos de cada área.

Como resultado do trabalho realizado por esta Superintendência em 2022, a empresa conta com os seguintes documentos internos:

- a) Código de Conduta Ética
- b) Política de Classificação de Informações
- c) Política de Divulgação de informações
- d) Política de Porta-Vozes
- e) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses
- f) Política de Indicação de Administradores
- g) Política de Distribuição de Dividendos
- h) Política de Remuneração dos Administradores
- i) Política de Diárias e Passagens
- j) Políticas de Compliance
- k) Política de Fornecedores
- l) Política de Avaliação de Imóveis
- m) Políticas de Combate à Lavagem de Dinheiro, Nepotismo e Fraude
- n) Política de Atuação em Projeto
- o) Política de Capacitação

Outros documentos essenciais para o desenvolvimento das atividades da empresa são o Estatuto Social e o Regimento Interno, ambos revisados em 2022.

Importante mencionar que todas as mudanças de diretoria e as contratações realizadas em 2022 foram precedidas do procedimento de due diligence, ou diligência prévia, implantado pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance para verificar a adequação da pessoa ao cargo, o preenchimento dos requisitos legais e regimentais e a existência de alguma situação de conflito de interesse que possa prejudicar ou interferir nas atividades da Alagoas Ativos.

Mantendo sua atuação em conformidade com as exigências legais, a área continuou a operar e gerenciar o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE,

em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Alagoas Ativos, pautada em seus valores Ética, Transparência, Competitividade, Responsabilidade Socioambiental e Compromisso com a Sociedade, tem como um de seus princípios de atuação a clareza de sua atuação e publicidade de suas informações e tem, como seus principais canais de comunicação, o site da empresa, o contato telefônico, contato via e-mail institucional, o canal de denúncias disponibilizado no site da empresa, além de visita presencial a sua sede.

Por sua vez, ainda não dispõe de dados sobre participação cidadã em seus processos decisórios, nem possui resultados de satisfação dos seus usuários, tendo em vista ainda não ter os procedimentos implantados para aferir esse grau.

No que se refere a mecanismos de comunicação social, a empresa possui uma seção específica de Transparência em seu site, onde disponibiliza todas as informações cabíveis e necessárias, tanto internas, quanto em relação à sua atividade fim, para acesso fácil e rápido por todos os interessados.

Dessa forma, e em conjunto com a infraestrutura de sua sede adequada à acessibilidade de todos os cidadãos, tem o objetivo de manter a transparência e de seus dados, documentos e informações a todos que tenham interesse.

Em observância aos requisitos legais da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/11, e da Lei Estadual nº 8.087/19, a Alagoas Ativos possui sua Carta de Serviços ao Cidadão, que possui as seguintes informações:

<p><u>DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (NOME, FINALIDADE, LEGISLAÇÃO)</u></p> <p>Empresa pública integrada à administração indireta do Estado de Alagoas, criada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, tendo sua estrutura disciplinada pelas normas internas definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Geral da empresa. É responsável pela viabilização da implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado, gerir os ativos patrimoniais do Estado e de entidades da administração indireta, além dos ativos financeiros, mobiliários e fiduciários do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e estruturar e implementar operações para obtenção e recursos junto ao mercado de capitais.</p>
<p><u>COMPROMISSOS E PADRÕES DE QUALIDADE</u></p>
<p><u>Prioridade de Atendimento</u></p>

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários dos serviços públicos que comparecerem à Sede da empresa por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência e prioridade legal;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender com prioridade, às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a garantir a acessibilidade às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais.

Previsão do Tempo de Espera para Atendimento

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários em sua Sede por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência, em até dez minutos;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender as ligações telefônicas em até (cinco) toques.
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a responder e-mails em até quarenta e oito horas úteis.
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a respeitar os prazos legais de resposta a solicitações via Sistema de Informações ao Cidadão ou via Ouvidoria.

Mecanismo de Comunicação com os Usuários

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar mecanismos de comunicação com os usuários dos serviços públicos, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

Procedimentos para Receber e Responder as Manifestações dos Usuários

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar meios de comunicação ao usuário do serviço público para apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço público, seja pela via presencial na sede da Empresa ou via sistema de solicitação de informações e de manifestação de informações, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

Mecanismos de Consulta por Parte dos Usuários, Acerca do Andamento do Serviço Solicitado ou de Eventual Manifestação

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar aos usuários dos serviços públicos o andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação presencialmente ou por meio dos canais eletrônicos e-SIC e e-Ouv.

QUADRO GERAL DE SERVIÇOS (2)

1. Serviço de Informação ao Cidadão
2. Ouvidoria

<u>INFORMAÇÕES</u>	<u>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO</u>	
Endereço: Edf. Delman Empresarial, Rua Sampaio Marques, 25, sala 608, Pajuçara, Maceió/AL, CEP 57030-107		
Telefones: (82) 98862-0344		
Dirigente: Thiago Pimentel Leite Teixeira Diretor Presidente		
		Início Fim
	Segunda-feira	08:00 17:00
	Terça-feira	08:00 17:00
	Quarta-feira	08:00 17:00

Site oficial do Órgão: www.alagoasativos.com	Quinta-feira	08:00	17:00
E-mail oficial do Órgão: contato@alagoasativos.com	Sexta-feira	08:00	17:00
Esta é a Carta de Serviços ao Usuário do(a) Alagoas Ativos - Alagoas Ativos, gerada automaticamente a partir dos Dados Abertos do Guia de Serviços do Governo de Alagoas (http://servicos.al.gov.br), disponibilizados em cumprimento ao Art. 8º, § 3º, III da Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018. A Carta de Serviços ao Usuário é uma obrigação legal determinada pelo Art. 7º da Lei Federal 13.460/2017 e pelo Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018.			

Quadro 2 – Carta de Serviços

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 PRINCIPAIS RISCOS

Mapa de Riscos

Perspectiva	Tipo de Risco	Principais riscos
Resultados	Operacional	Demora nos processos advindos da cadeia de valor
	Estratégico	Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo
Processos Internos	Operacional	Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa
	De conformidade	Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis
Aprendizado e Crescimento	Estratégico e Operacional	Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa
Financeira	Estratégico	Utilização do capital social

Quadro 3 - Mapa de Riscos

3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a Alagoas ativos tem como principais riscos:

- Demora nos processos advindos da cadeia de valor – risco operacional que impacta diretamente na missão institucional na empresa, tendo em vista que a atuação da empresa depende de processos anteriores advindos dos órgãos demandantes das concessões e PPPs e a demora nessa cadeia de valor pode interferir nas atividades da empresa e em sua sustentabilidade de longo prazo.
- Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo – risco estratégico que afeta diretamente a atuação e as receitas da empresa, tendo em vista que a decisão do Governo do Estado em descontinuar um projeto de concessão e parceria público-privada prejudica a atuação da Alagoas Ativos e a obtenção de receitas advindas desse projeto, inclusive quanto a potencial utilização do mecanismo de garantias operado pela empresa.

3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa – risco operacional que configura a dependência da empresa em um processo de desenvolvimento dos fluxos padrão de concessões e PPPs que envolve diversos órgãos governamentais da esfera estadual, prolongando a sua definição e, por conseguinte, a operacionalização da empresa.
- Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis – risco de conformidade que afeta diretamente a atuação estratégica da Alagoas Ativos, uma vez que a empresa lida com informações estratégicas, sensíveis e sigilosas e a sua divulgação não autorizada ou utilização por interesses individuais gera prejuízo de competitividade, de imagem e financeiro.

3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO

- Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa – risco estratégico que se funda na dependência da Alagoas Ativos no conhecimento e na mão de obra de terceiros, uma vez que não tem pessoal capacitado para modelar projetos de grande porte de concessão e PPP, nem realizar os estudos específicos pertinentes.

3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

- Utilização do capital social - risco estratégico que se funda na sustentabilidade da empresa, tendo em vista estar utilizando seu capital social porquanto não possui fontes de renda capazes de manter sua estrutura e repor o capital já utilizado.

Por fim, em relação aos riscos referentes a ações trabalhistas, em 2022, a empresa não foi surpreendida com nenhuma demanda. Portanto, não há informações pertinentes a esse tema.

3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS

A gestão do risco da empresa é realizada semestralmente em Reunião de Análise de Riscos, momento em que a situação da empresa é analisada criticamente, assim como todos os riscos relacionados as suas atividades internas e externas, principais e de apoio, são avaliados e são definidas as ações e metas para monitoramento e controle dos principais riscos que podem interferir na persecução dos objetivos institucionais da empresa.

Em relação aos riscos relacionados especificamente aos seus objetivos estratégicos, elenca-se os seguintes:

GERENCIAMENTO DE RISCO			
PROBLEMA	CAUSA	SOLUÇÃO	TIPO DE RISCO
Demora no processo advindo da cadeia de valor	Falta de conhecimento do processo	Apresentação para todos os envolvidos do funcionamento processo de PPP	OPERACIONAL
Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo	Desinteresse do Governo em continuar com o projeto	Montar uma carteira com projetos viáveis e de alto retorno para o Estado e para a sociedade	ESTRATÉGICO
Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa	Demora em consenso dos envolvidos	Definir o processo	ESTRATÉGICO
Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis	Falta de estrutura, normas e procedimentos internos	Desenvolver políticas de segurança da informação e implantar procedimentos a serem seguidos	CONFORMIDADE
Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa	Não ter pessoa com expertise em PPP	Contratar pessoa que conheça de PPP	ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
Utilização do capital social	Não ter iniciado as operações	Gerar receita	ESTRATÉGICO

Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos

O controle interno da empresa é realizado principalmente com base em planilhas de controle financeiro e contábil, além de planilhas de controle de licitações, contratos e processos administrativos.

No que se refere às demandas judiciais, a empresa possui um departamento jurídico, representado pela Assessoria Jurídica, responsável pelas demandas jurídicas internas, em relação aos processos administrativos essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da empresa.

A Assessoria Jurídica também é responsável pela gestão e controle de demandas judiciais que envolverem os interesses da empresa. No entanto, no ano de 2022, a Alagoas Ativos não sofreu, nem demandou judicialmente, não havendo necessidades dessa gestão, nem existindo números ou dados que representem os resultados do departamento.

4. RESULTADO DA GESTÃO

4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO

4.1.1 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

A Alagoas Ativos definiu como objetivo estratégico específico a contratação de empresa especializada para assessorar as áreas fiscal e trabalhista da empresa”, que também foi completada ainda em 2022. Assim, a Alagoas Ativos hoje é assessorada por escritório de contabilidade especificamente para as áreas mencionadas.

Ainda em relação a esta perspectiva, a empresa também realizou diversas capacitações de sua equipe durante o ano, o que já se tornou uma prática habitual da empresa e que não mais precisa ser considerada como um objetivo estratégico, tendo em vista que todos da equipe participam de, pelo menos, uma capacitação durante o ano.

Compete asseverar que em decorrência dos consectários da pandemia da Covid-19, a participação presencial em cursos teve de ser modulada para a participação dos integrantes do quadro da Alagoas Ativos S/A em cursos à distância, o que, ao final das contas, impactou em economicidade dos investimentos para aquisição de passagens aéreas e concessão de diárias, sem que fosse suprimida, contudo, a contínua persecução e estímulo para o contínuo aperfeiçoamento da atividade profissional nos diversos ramos de atuação interna da Companhia.

4.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

No que se refere à Perspectiva Processos Internos, a Alagoas Ativos estabeleceu o objetivo estratégico de “Aprimorar processos e procedimentos internos e externos” e, como a empresa já padronizou todos os processos internos, passou a focar nos processos externos, ou seja, naqueles processos que se referem a suas atividades principais.

Nesse sentido, a empresa passou a direcionar seus esforços na padronização dos processos referentes ao serviço de modelagem de projetos de concessões e parcerias público-privadas, tomando como base todo o procedimento realizado no projeto do Abatedouro de Viçosa, foi finalizado, concedido e hoje é gerido pela Secretaria finalística. Houve progresso nesse desenvolvimento, porém a empresa ainda precisa realizar ajustes finais nesta padronização de forma a efetivamente concluir esse objetivo.

Ainda em referência a esse objetivo estratégico, a empresa também iniciou o desenvolvimento de processos referentes ao Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas, porém, durante o esse procedimento, a empresa identificou a necessidade de contratação de empresa especializada na estruturação e administração do Fundo, o que provavelmente eximirá a Alagoas Ativos da realização desses processos, que ficarão a cargo da empresa contratada. Dessa forma, a realização deste objetivo ficou suspensa até decisão final sobre a rota a ser seguida para a criação do referido Fundo.

4.1.3 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a empresa definiu os objetivos de “Estruturar Fundo Imobiliário”, “Garantir todos os projetos solicitados através do FAP” e “Participar de três projetos de concessões ou PPPs até 2023”.

A Alagoas Ativos realizou significativos avanços nas ações relacionadas às garantias conferidas pelo Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, apesar de também ter caminhado com algumas ações referentes a outros projetos, como se verá a seguir.

A. FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS - FAP

O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis. Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para os projetos públicos. Essa segurança pode ser refletida na criação de garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo, o FAP foi criado formalmente no final de 2019 e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Alagoas, na condição de parceiro público, em virtude de contratos de PPPs, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores.

Com natureza jurídica de direito privado, o FAP tem patrimônio próprio e separado do patrimônio de seus cotistas, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias, onde o Estado de Alagoas é constituído como seu cotista inicial. O Fundo é uma instituição independente, com Estatuto e Regulamento publicados e estrutura própria, contendo a Assembleia de Cotistas e o Conselho Consultivo, a quem caberá a análise técnica dos pedidos de garantias de projetos efetuados ao Fundo.

O FAP é administrado e gerido pela Alagoas Ativos e é constituído por retenções mensais no percentual de 12% dos repasses a título de FPE recebidos pelo Estado de Alagoas, que ficam temporariamente na conta do Fundo para caso seja necessário garantir alguma contraprestação pública. Assim é o funcionamento do Fundo:

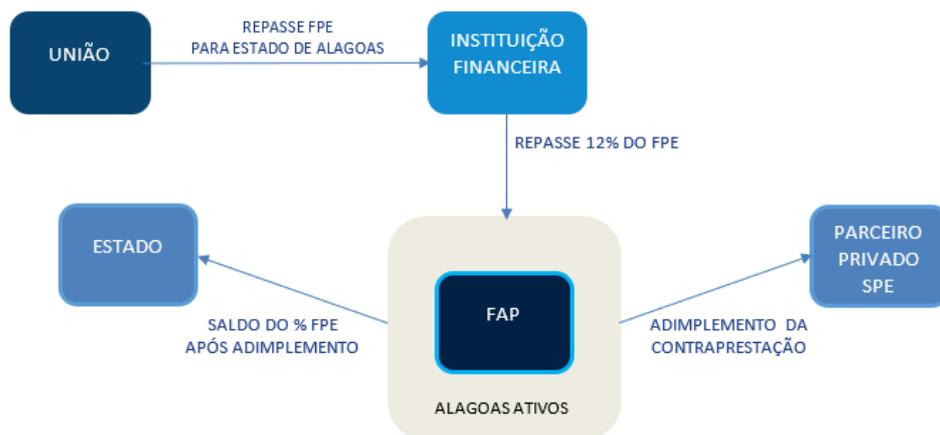


Figura 3 - Fluxo de PPPs

Em 2020, o Fundo foi efetivamente estruturado, sendo finalizada a assinatura do contrato entre a Alagoas Ativos, a SEFAZ/AL e o Banco do Brasil, instituição financeira que funcionará como Agente de Pagamento das garantias outorgadas pelo Fundo, tendo em vista ser o banco responsável pelos repasses do FPE aos Estados.

Além da assinatura do contrato, todos os processos internos necessários ao funcionamento do Fundo também foram mapeados e padronizados ainda em 2020, quais sejam, os processos de contratação, acionamento e devolução, todos devidamente registradas na documentação institucional do Fundo, quais sejam o Estatuto e Regulamento Interno.

Com o contrato, Estatuto e Regulamento devidamente adequados à realidade atual, o Fundo passou a estar efetivamente apto a funcionar e receber solicitações de garantias ainda em 2021 e, no mesmo ano, começou a receber os repasses mensais do FPE e pronto para garantir projetos de parcerias público-privadas nos quais o Estado de Alagoas seja o parceiro público, aguardando somente a integralização das cotas pelo Estado de Alagoas.

O ano de 2022 foi extremamente importante em relação do FAP, tendo em vista que, além da remuneração que a empresa passou a receber advinda da administração do fundo e da aprovação da primeira outorga de garantia à SANEMA ocorridas ainda em 2021, a empresa aprovou mais duas outorgas de garantia, para a Agreste Saneamento S.A., em 17 de junho, e para a SANAMA, em 15 de dezembro, tendo cumprido os objetivos estratégicos relacionados ao Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

B. ESTRUTURAR FUNDO IMOBILIÁRIO

Quanto ao objetivo estratégico referente à estruturação do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas, foi um dos focos principais da empresa para 2022, tendo a Alagoas Ativos realizados vários avanços.

Durante 2022, a Alagoas Ativos continuou a buscar a melhor forma de realizar a estruturação desse Fundo e focou principalmente no desenvolvimento do termo de referência, edital e contrato para que pudesse iniciar esse processo de contratação, o que se provou uma tarefa complexa. Também focou na apresentação do projeto para o mercado financeiro, de forma a medir o interesse de grandes players na administração do Fundo Imobiliário de Estado de Alagoas.

Dessa forma, pela própria complexidade deste objetivo, a empresa, apesar de ter realizado diversos avanços, ainda não obteve êxito em concluí-lo, postergando sua finalização para 2023.

C. GARANTIR TODOS OS PROJETOS SOLICITADOS ATRAVÉS DO FAP

Como mencionado no item A. desta seção, o FAP foi efetivamente estruturado e entrou em funcionamento em 2020, podendo ser solicitado e outorgar garantias a projetos do Estado de Alagoas, o que ocorreu efetivamente em 2021.

Após a completa estruturação do Fundo, interessados em receber garantia de contraprestações contratadas entre o Estado de Alagoas entraram em contato com a Alagoas Ativos, obtendo-se êxito na contratação com a SANEMA – Saneamento de Maceió, em contrato assinado em 05 de maio de 2021, na ordem de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) mensais.

As ações de administração e efetiva outorga de garantia foram responsáveis pela autossuficiência financeira da Companhia no ano de 2021.

Em 2022 houve mais avanços, tendo o Fundo aprovado a outorga de garantia ao contrato com a Agreste Saneamento S.A. em 17 de junho de 2022, na ordem de R\$ 2.400.00,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), e a ao contrato com a SANAMA em 15 de dezembro de 2022, na ordem de R\$ R\$ 2.511.233,24 (dois milhões, quinhentos e onze mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos), aumento, conseqüentemente, as receitas da empresa.

D. PARTICIPAR DE TRÊS PROJETOS DE CONCESSÕES OU PPPS ATÉ 2021

Em 2021, a empresa realizou os maiores avanços em relação às modelagens de concessões e PPPs, tendo vários desenvolvimentos importantes quanto aos projetos e tendo cumprido o objetivo de participar de três projetos dessa natureza, uma vez que participou do projeto do Abatedouro Regional de Viçosa, da Concessão do CEASA e do Aeroporto de Maragogi.

Após a conclusão do projeto de concessão do Abatedouro de Viçosa em 2021, a empresa passou a supervisionar a gestão do projeto pela Secretaria finalística, auxiliando em dificuldades e dúvidas que surgiram durante a gestão do contrato.

Quanto ao projeto do CEASA, a empresa já havia apresentado estudos preliminares, porém, por conta do lapso temporal entre a sua realização e o presente momento, foi solicitada a sua atualização para que a empresa possa passar para as próximas etapas.

No que se trata do projeto do Centro de Convenções, o governador eleito deu indicativos de que retomaria o projeto a partir de 2023, o que foi informado a Alagoas Ativos para que pudesse dar início a planejamentos sobre como dar andamento ao projeto, o que foi realizado ainda em 2022. No momento, o projeto aguarda autorização governamental para sua continuidade.

Por fim, em relação ao Aeroporto de Maragogi, a empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o seu desenvolvimento ainda em 2021. As obras da estrutura do Aeroporto foram iniciadas pelo Governo do Estado e, em novembro de 2021, a Alagoas Ativos, juntamente com o Estado de Alagoas, levou o projeto para o evento "Airport National Meeting 2021", acontecido em Brasília-DF, onde foi apresentado, pela primeira vez, ao mercado. No entanto, em 2022, o projeto ficou no aguardo de andamentos burocráticos para sua continuidade.

4.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

Na Perspectiva Financeira, foi identificado como o principal objetivo estratégico a "Reposição do 1% do Capital Social da Empresa", "Ter receitas suficientes para cobrir os custos da empresa" e "Atingir receita anual bruta de R\$ 3.400.000, 00 (três milhões e quatrocentos mil reais) em 2022".

Tendo em vista que, em 2022, a empresa conseguiu manter todos os avanços realizados, a empresa manteve as fontes de renda que criou a partir da administração do FAP e da gestão das garantias outorgadas, que foi aumentada devido à outorga de nova garantia por parte do Fundo, totalizando uma receita anual bruta de R\$ 3.462.399,97 (três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos) em 2022.

4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa concentrou suas ações no desenvolvimento de estudos sobre os projetos prioritários definidos pelo Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contratada para auxiliar nessa atividade.

Assim, em 2022, a empresa focou nas avaliações dos imóveis de titularidade do Estado de Alagoas e no desenvolvimento da documentação legal necessária para estruturação do Fundo de investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas para gerir os imóveis do Estado.

4.2.1 ABATEDOURO REGIONAL DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI lançou o programa de regionalização de abatedouros. Ele consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme à legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população a às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando desemprego, retorno do abate clandestino, escassez de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

Nesse contexto, o Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m² de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, o estudo preliminar foi concluído em agosto de 2018, com a recomendação de concessão de uso da planta, sem outorga inicial com percentual da receita bruta como contrapartida do operador privado ao Estado, incluindo metas de desempenho e investimentos.

Em 2019, o projeto foi aprovado após apresentação e avaliações pelo Conselho Gestor de PPP do Estado. Após a aprovação, o projeto de Lei de Concessão foi encaminhado à Assembleia Legislativa para deliberação e aprovação, o que ocorreu ainda em 2019.

Ao longo do ano de 2020, o projeto de Concessão do Abatedouro de Viçosa, cuja estruturação foi conduzida pela Alagoas Ativos S/A, avançou à fase preparatória de licitação, incluindo a finalização do Edital de Licitação e do Termo de Concessão, a aprovação dos referidos documentos no Conselho Gestor de Parcerias (CGP), a realização de consulta pública, de audiência pública e de roadshow, bem como o início do processo de aprovação junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE), dando sequência aos estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no âmbito do Produto 11, incluído no escopo do Primeiro Termo Aditivo ao contrato firmado entre a FGV e a Alagoas Ativos S/A.

A aprovação do edital e do termo de concessão pelo CGP foi um processo que se dividiu em duas reuniões distintas: uma realizada no dia 07/10/2020 e outra realizada no dia 13/10/2020. As discussões realizadas no âmbito do referido Conselho estão documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000179/2020. Havendo a aprovação pelo CGP, seguiu-se para realização da consulta pública, aberta no dia 03/11/2020 e finalizada no dia 03/12/2020, período no qual recebeu-se contribuições sobre o edital e o termo de concessão. A consulta pública foi documentada no Processo Administrativo nº E:62017.0000000217/2020. No dia 18/11/2020, realizou-se audiência pública na Câmara Municipal de Viçosa/AL, contando com a participação de membros da sociedade civil. As discussões realizadas na referida audiência foram documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000218/2020. Por fim, durante o mesmo período de realização da consulta pública (03/11 a 03/12/2020), conduziu-se um roadshow, por meio do qual as empresas interessadas em participar da licitação foram convidadas a se reunir com os responsáveis pela estruturação do projeto para tirar dúvidas e expor críticas e sugestões de alteração do edital e do termo de concessão. O roadshow foi documentado no Processo Administrativo nº E:62017.0000000219/2020.

Todos os processos foram conduzidos pela Alagoas Ativos, contando com a colaboração da Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG). A consulta e a audiência públicas contaram também com a participação da Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria SEPLAG nº 9.099/2020, responsável pela condução do processo licitatório do Abatedouro de Viçosa.

Em paralelo, esta Alagoas Ativos conduziu reuniões periódicas com a Procuradoria Geral do Estado - PGE para alinhamento de pontos de sensibilidade no projeto, visando garantir que esteja totalmente adequado às exigências legais. Após análise pela PGE e aprovado o projeto pela Assembleia Legislativa, a Alagoas Ativos passou a auxiliar o órgão concedente no procedimento licitatório.

A concessão do Abatedouro Frigorífico de Viçosa pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos se deu através de licitação realizada em 15 de junho de 2021, às 09:00 horas, na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, tendo como vencedor a empresa CAMPO DO GADO INDÚSTRIA DE RECICLAGEM ANIMAL LTDA, CNPJ: 20.663.011/0001-69.

Todo processo foi conduzido pela Alagoas Ativos, em colaboração com a Unidade de Parcerias da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG, documentadas no Processo Administrativo nº E:62017.0000000243/2020.

A participação da Alagoas Ativos no projeto de concessão do Abatedouro de Viçosa findou com a efetiva contratação da empresa vencedora da licitação pelo Poder Concedente. No entanto, a Alagoas Ativos continua auxiliando a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária – SEAGRI na gestão do contrato, cumprindo seus objetivos institucionais de assessorar o Estado nos projetos de concessão e PPP.

4.2.2 AVALIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS - CEASA

A Central de Abastecimento de Alagoas - CEASA/AL é administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL, autarquia estadual criada pela Lei nº 6.194/00, e vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI.

A empresa é gerida com uma combinação de recursos oriundos de receitas próprias e dotação pública. O IDERAL tem como objetivo dar suporte à SEAGRI na implementação de sua agenda de promoção da agricultura, pesca e abastecimento a partir da prestação de serviços de distribuição, classificação e armazenagem.

Na distribuição, o IDERAL atua tanto no nível estadual quanto no nacional como um canal de comercialização de seus produtores, viabilizando toda a cadeia de distribuição agroalimentar. Nesta função, a CEASA/AL desempenha papel fundamental de controle e a fiscalização do fluxo, da qualidade e das condições higiênicas e sanitárias das mercadorias.

Após estudos preliminares, os dados levantados demonstraram que, apesar da evolução na receita durante o período analisado, parte desta receita é custeada pelos aportes realizados pela SEFAZ/AL e por conta disso a CEASA/AL fica extremamente dependente deste repasse, o que reflete na grande variação entre lucros/prejuízos.

O estudo, então, recomendou o modelo de Concessão de Uso de Bem público com a Exploração, Operação e Manutenção, de forma que o Estado poderá exigir mais investimento de modernização das atividades do aparelho estatal, uma vez que ele possui instrumentos legais de controle e fiscalização do concessionário, acarretando a desoneração do ente federativo da prestação do serviço público.

Em 2021, o projeto se tornou prioridade para o Estado, tendo a SEFAZ iniciado a edição de Decreto concedendo benefícios fiscais importantes para aqueles interessados em trabalhar no CEASA, o que tornará o projeto ainda mais atrativo.

Assim, a empresa passou a atualizar as informações referentes ao projeto e aos estudos já realizados anteriormente, o que se continuou em 2022, de forma que seja possível passar para as próximas fases e entregar os demais documentos para o órgão solicitante. No entanto, até o momento, a Alagoas Ativos aguarda o posicionamento formal do Poder Concedente para que possa dar andamento ao procedimento de concessão do CEASA.

4.2.3 FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Após visitas técnicas realizadas em 2018 à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos, a Alagoas Ativos, em conjunto com a FGV, que lhe presta consultoria, passou a realizar os estudos iniciais sobre a constituição, integralização e gestão do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa realizou o primeiro estudo sobre a adequação e gestão de ativos, em que fez uma análise sobre as possibilidades de gestão dos ativos imobiliários de acordo com sua situação de afetação ou desafetação e apontou os requisitos e procedimentos preliminares para a constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Também em 2019, a Alagoas Ativos, em conjunto com órgãos do Estado, realizou levantamento dos ativos imobiliários do Estado e avaliação de seu valor de mercado, além de um estudo econômico-financeiro preliminar, a partir dos dados apresentados, que foi concluído em 2020.

Em 2020 e 2021, a empresa focou na avaliação dos imóveis já levantados pelo Estado, de forma a ter um portfólio completo dos imóveis que constituirão o Fundo, além de ter realizado pesquisas aprofundadas relacionadas ao efetivo funcionamento de um fundo dessa natureza.

Durante 2021 especificamente, a empresa negociou com o Banco do Brasil para que realizasse a estruturação do Fundo e sua administração, porém não obteve êxito, tendo em vista que o Banco, após diversas consultas jurídicas internas e pesquisa relacionadas ao tema, informou que somente poderia realizar a sua estruturação, uma vez que o Banco não administra fundo de imóveis, somente de fundos financeiros.

Tal resposta fez com que a Alagoas Ativos reiniciasse todo o seu procedimento de contratação de empresas especializadas na estruturação e administração de Fundos Imobiliários. Assim, durante todo o ano de 2021, passou a focar no desenvolvimento do termo de referência, edital e contrato para que pudesse iniciar esse processo de contratação, o que se provou uma tarefa complexa.

Ainda em 2021, a empresa manteve conversas abertas com grandes players do mercado financeiro, tanto para desenvolver a melhor estrutura para contratação do futuro administrador do Fundo, quanto para sentir o interesse do mercado no Fundo do Estado de Alagoas. Dessa forma, pela própria complexidade deste objetivo, a empresa, apesar de ter realizado diversos avanços, ainda não obteve êxito em concluí-lo em 2022, postergando sua finalização para 2023.

4.2.4 AEROPORTO COSTA DOS CORAIS EM MARAGOGI

O Aeroporto Costa dos Corais é o projeto de estruturação de um novo aeroporto no Município da Maragogi, de forma a incentivar ainda mais o turismo na região. O Aeroporto está em processo de construção e será entregue pelo próprio Estado de Alagoas, enquanto a Alagoas Ativos ficou responsável pelo estudo sobre a melhor forma de administração deste ativo, assim como o desenvolvimento do projeto.

A empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o projeto. Dando sequência ao estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, foi realizado, conforme cronograma, road show com executivos dos principais operadores aeroportuários do País, quais sejam:

Sr. Alexandre Monteiro – Presidente do aeroporto Rio Galeão

Sr. Dimas – Diretor de operações do aeroporto Rio Galeão

Sr. Gustavo – Operador do aeroporto de Guarulhos

Sr. Jorge – Presidente do aeroporto de Brasília

Sr. Juan – Vice-Presidente do aeroporto de Brasília

Sr. Kleber – Presidente do aeroporto de Belo Horizonte

Em novembro/21 o Estado de Alagoas e a Alagoas Ativos participaram do evento “Airport National Meeting 2021”, acontecido em Brasília-DF, onde o Governador Renan Filho apresentou o projeto de concessão do Aeroporto de Maragogi ao mercado, pela primeira vez.

Como consequência da participação do Estado de Alagoas no mencionado evento, a Alagoas Ativos identificou um real interesse do mercado em participar da concessão do Aeroporto de Maragogi e, em 2022, a empresa passou a realizar medidas para que o projeto avance, porém,

até o momento, aguarda posicionamento formal do Poder Concedente para que possa dar andamento ao procedimento de concessão do Aeroporto de Maragogi.

4.2.5 AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS IMPACTADOS PELO CASO BRASKEM

Em virtude da atual situação de cinco bairros da cidade de Maceió, que enfrentam um colapso no solo, conhecido como subsidência, em razão da exploração de sal-gema em área urbana realizada pela empresa petroquímica Braskem, entendeu-se pela necessidade de estudo de alguns imóveis do Estado diretamente impactados por tal fato. Parte dos bairros do Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol, além de todo o bairro do Mutange, fazem parte do Mapa de Risco elaborado pela Defesa Civil Municipal.

Por meio do Decreto Estadual nº 76.376, de 12 de novembro de 2021, foi instituída a Comissão Especial responsável pelos procedimentos de autocomposição e respectiva elaboração de estudos de impactos financeiros, socioeconômicos e ambientais decorrentes no "Caso Pinheiro".

O ocorrido nesses bairros é uma situação atípica, com grande desvalorização dos imóveis, bem como também houve orientação da defesa civil de Maceió para que os moradores desocupassem a área, pois correm alto risco de desabamento.

Diante disso, e ciente que o Estado de Alagoas detém a propriedade de 21 imóveis localizados nesses bairros, e com o objetivo de que a Braskem indenize o erário público pelos prejuízos causados em razão da desvalorização dos referidos imóveis, nos foi solicitado, através da SEFAZ AL, que fosse realizado um estudo e avaliação desses imóveis, considerando os valores atribuídos antes da problemática retromencionada envolvendo os bairros afetados pelo colapso no solo.

Assim sendo, foram elaborados os laudos conforme procedimentos técnicos propostos no escopo do contrato firmado entre a AL Ativos e FGV, e após procedidas as devidas diligências, foi concluído que o valor de mercado para fins de compra e venda dos 21 imóveis seria de R\$ 275.707.400,00 (duzentos e setenta e cinco milhões, setecentos e sete mil e quatrocentos reais).

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE

Os dois objetivos principais da empresa, que possuem relação direta com a sua missão institucional de “Viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado” e com seus objetivos institucionais, são a participação em, pelo menos, três projetos de concessão e PPPs do Estado de Alagoas, de forma a realizar modelagens desses projetos, e “Garantir todos os projetos solicitados através do FAP”, de forma a viabilizar garantias para as PPPs em curso no Estado, criando novas fontes de renda para a Alagoas Ativos. Todos os outros objetivos definidos em seu planejamento estratégico são de apoio para esses dois objetivos principais.

Para alcançar ambos os objetivos, a empresa definiu estratégias, que envolvem tanto o ambiente interno, quanto partes relacionadas do ambiente externo. Dessa forma, uma das estratégias internas adotadas foi o desenvolvimento do processo de modelagem de concessão e PPP, de forma que a empresa tenha um procedimento padronizado quando for acionada para desenvolver novos projetos de concessões e PPPs.

No âmbito interno, a empresa também contratou empresa especializada para assessoramento nas áreas fiscal e trabalhista da empresa, padronizando os processos dessas áreas, além de implantar um sistema contábil e financeiro, tornando todo o procedimento financeiro da empresa mais ágil e eficiente.

Assim, a partir dessas estratégias implantadas, a empresa concretizou o objetivo estratégico de garantir todos os projetos solicitados através do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e, no que se refere ao objetivo estratégico de participar de projetos de concessões e PPPs, a empresa alcançou resultados significativos, tendo em vista ter desenvolvido os estudos preliminares referentes ao Aeroporto de Maragogi, além de ter realizado as primeiras apresentações do projeto ao mercado.

5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em razão de sua natureza e como resultado de sua gestão, a empresa não sofreu nenhuma restrição ou aplicação de multas em decorrência de fiscalização de suas atividades, nem possui informações sobre precatórios

No que se refere a demandas judiciais e administrativas, a empresa não foi demandada, nem demandou em juízo ou na seara administrativa e, por esse motivo, não possui informações sobre indenizações a clientes em quaisquer das duas esferas. Por fim, também não realizou ou foi objeto de depósitos judiciais ou extrajudiciais.

5.2.1. ORÇAMENTO 2022

Em 31/01/2022 na 26ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal foi aprovado o orçamento da Companhia correspondente ao exercício de 2022, o qual perfez o total de **R\$ 5.110.204,66** (cinco milhões, cento e dez mil, duzentos e quatro reais e sessenta centavos), sendo **R\$ 1.886.544,66** para categoria de despesas com pessoal compostas por remunerações dos

funcionários celetistas e diretores não empregados, assim como os encargos sociais, as remunerações dos Conselheiros da Companhia (Jetons) e vale alimentação, indenizações e despesas com segurança do trabalho. Já as despesas na categoria com custeio correspondem a **R\$ 3.173.664,00** composta por recursos aplicados na manutenção da administração e por fim as despesas na categoria de capital no valor de **R\$ 50.000,00** que correspondem aos investimentos, tais como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

5.2.2. ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA DE DESPESA

O orçamento da Alagoas Ativos S.A foi dividido por categoria de despesa, a fim de demonstrar com precisão a aplicação dos recursos e seus percentuais. Em 2022 foi orçado R\$5.110.204,66, dividido em R\$ 1.886.544,66 para a categoria de pessoal, R\$ 3.173,660,00 para custeio e R\$ 50.000,00 de capital.

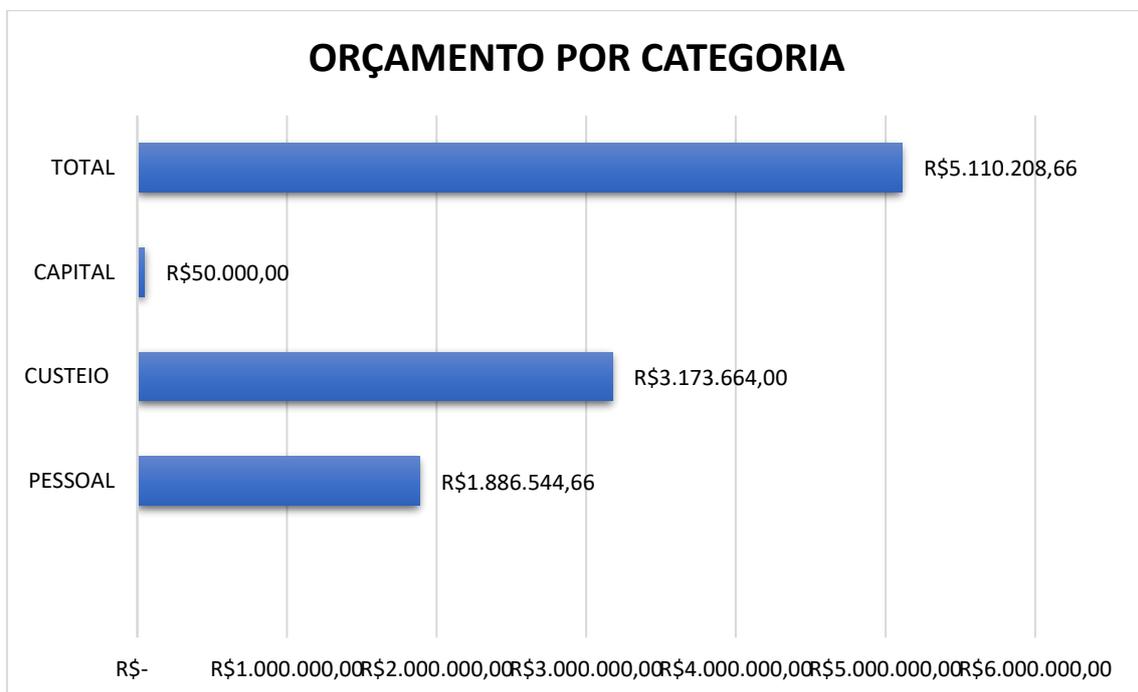


Gráfico 1 - Orçamento por categoria

- **PESSOAL:** compostas por remunerações dos funcionários celetistas e diretores não empregados, assim como os encargos sociais, as remunerações dos Conselheiros da Companhia (Jetons) e vale alimentação, indenizações e despesas com segurança do trabalho.
- **CUSTEIO:** composta por recursos aplicados na manutenção da administração, além de despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens e toda manutenção da administração.
- **CAPITAL:** compreendem investimentos, tais como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes, que são recursos aplicados no patrimônio, tais como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

5.2.3. PESSOAL

Para o exercício de 2022, foi orçado R\$ 1.886.544,66 para pessoal, dos quais foram executados R\$ 2.779.721,84, equivalente a 147% do orçado. Nas categorias salários e encargos foram executados 78,4% do orçado, em remuneração de diretores e encargos, foram executados 174% do orçado e em Conselhos, 80% do orçado no exercício, conforme demonstrado abaixo. As demais despesas correspondem a obrigações trabalhistas e remuneratórias dos funcionários.

PESSOAL	ORÇADO	EXECUTADO
SALÁRIOS E ENCARGOS	R\$ 1.332.544,66	R\$ 2.319.499,06
VALE ALIMENTAÇÃO	R\$ 150.000,00	R\$ 94.057,80
SEGURANÇA DO TRABALHO	R\$ 4.000,00	R\$ 5.804,98
CONSELHOS	R\$ 400.000,00	R\$ 360.360,00
	R\$ 1.886.544,66	R\$ 2.779.721,84

Tabela 1 – Pessoal

5.2.4. CUSTEIO

Para o exercício de 2021, foi orçado R\$ 3.173.660,00 para custeio e executado R\$2.186.242,47, o equivalente a 69% do orçado, conforme demonstrado a abaixo.

5.2.5. CAPITAL

Foi orçado R\$ 50.000,00 para capital, porém não houve utilização do recurso no exercício.

5.2.6. RECEITAS

Em 2021, a Alagoas Ativos aumentou significativamente suas receitas, referentes à administração do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e pela outorga de garantias relacionadas à SANEMA e à Agreste Saneamento S.A., que totalizaram R\$ 3.462.399,97 (três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), conforme gráfico abaixo:

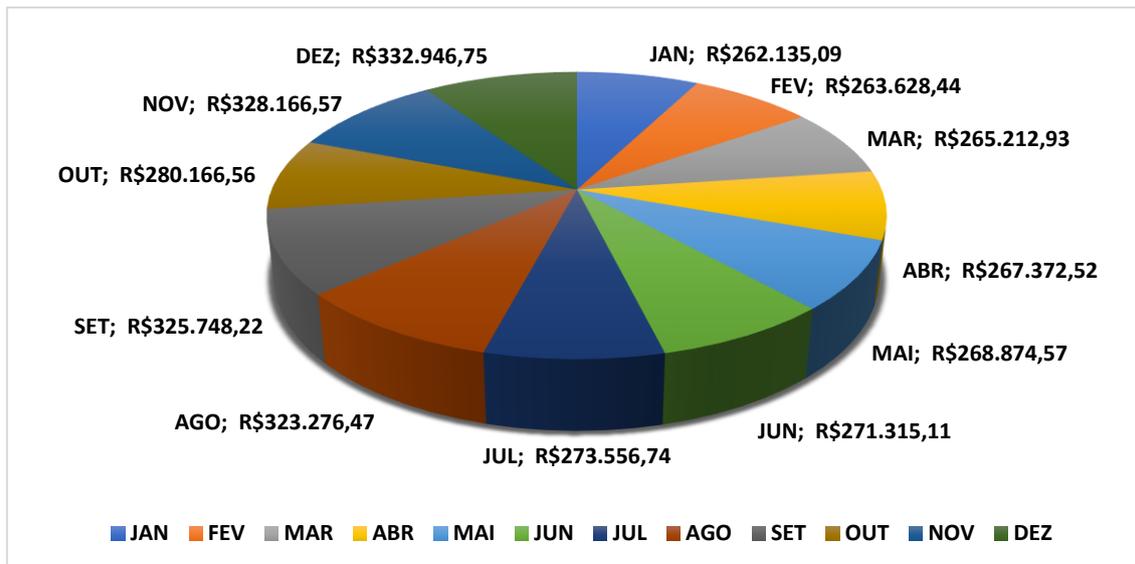


Gráfico 2 - Receitas

Detalhando os recebimentos da Alagoas Ativos S.A. em 2022, cabe explicar que os valores que a Alagoas Ativos recebe em relação a cada contrato é fixo, tendo em vista que a empresa recebe 2% do valor garantido pelo FAP mensalmente e que esse montante garantido é fixo e somente pode ser alterado caso haja recomposição do contrato. Assim, a empresa recebe R\$ 54.741,38 (cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos) mensalmente, perfazendo o montante anual de R\$ 656.896,52 (seiscentos e cinquenta e seis mil oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos), referentes à gestão da garantia outorgadas ao contrato da SANEMA.

Quanto à gestão da garantia outorgada ao contrato da Agreste Saneamento, a Alagoas Ativos começou a receber em agosto de 2022 o montante mensal de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), perfazendo o valor anual de R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais).

Por fim, em relação ao recebimento da Alagoas Ativos S.A. referente à administração do Fundo em si, que é calculada em 1% do patrimônio líquido do FAP, o valor varia mês a mês, tendo em vista que o montante depositado na conta do Fundo é investido e obtém rendimentos a cada mês. Assim, em 2022, a empresa recebeu o valor de R\$ 2.565.503,45 (dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil quinhentos e três reais e quarenta e cinco centavos).

5.2.7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos da Alagoas Ativos S.A são aplicados em duas contas de investimentos no Banco do Brasil, Aplicação Público Supremo e Aplicação Público Absoluto. O exercício de 2022 foi encerrado com saldos financeiros e rendimentos, conforme demonstrados abaixo.

CONTA	SALDO
BB CP ABSOLUTO	R\$ 454.495,45
BB RF SIM SOLIDEZ	R\$ 107.429,14
RENDIMENTOS	R\$ 173.651,02

Tabela 2 – Aplicações Financeiras

5.3 GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO II - QUADRO GERAL DA LOTAÇÃO DE VAGAS E FORÇA DE TRABALHO			
Lotação	Cargo	Qtde de Vagas	Ocupados
Diretoria-Geral	Diretor Presidente	1	1
	Diretor Executivo	1	1
	Diretor Financeiro	1	1
	Superintendência de Projetos	1	1
	Superintendência Jurídica	1	1
	Assessoria da Diretoria	1	1
	Assessoria de Comunicação	1	0
	Secretaria Executiva	1	1
Diretor Presidente	Chefia de Gabinete	1	1
Superintendência de Governança, Riscos e Compliance	Superintendência de Governança, Riscos e Compliance	1	1
Superintendência de Projetos	Assessoria Técnica de Gestão Imobiliária e Patrimônio	1	0
	Assessoria Técnica de Governança de Projetos	1	0
Diretoria Executiva	Gerência Administrativa	1	1
Diretoria Financeira	Assessoria de Investimentos e Finanças	1	1
	Gerência Financeira	1	0
	Gerência de Contabilidade	1	1
TOTAL DE VAGAS		16	12
Total de Cargos Comissionados			
Ocupados			12
Cargos vagos			4

Quadro 5 - Quadro geral de lotação de vagas

Conforme se depreende pelo Quadro 6, a Alagoas Ativos manteve em 2022 um quadro funcional reduzido, com apenas dezesseis cargos, incluindo a Diretoria Geral.

O regime de trabalho é celetista, enquanto a forma de remuneração dos administradores e membros dos colegiados é definida em Assembleia Geral, que o fará anualmente, conforme dispõe o art. 11, do Estatuto Social da Alagoas Ativos, sendo modificada somente pela própria Assembleia:

Art. 11. A Assembleia Geral fixará o montante anual global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em vista as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A empresa ainda não possui política em relação à participação de empregados e administradores nos resultados da entidade, assim como não possui política de participação acionária dos membros de colegiados da entidade.

5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Quanto ao desempenho administrativo referente ao exercício do ano de 2022, a Alagoas Ativos manteve a maioria de seus contratos, através de aditivos, tendo, no entanto, realizado

procedimento de licitação para renovação dos principais fornecedores da empresa. A escolha de realizar aditivos nos contratos se deu pela economicidade do procedimento, uma vez que não seria possível manter um fornecedor qualificado, sem efetuar os gastos referentes a um novo procedimento de contratação.

A Alagoas Ativos não possui muitos contratos, por ser uma empresa ainda de funcionamento enxuto, e, em 2022, realizou treze aditivos, três contratações por inexigibilidade, cinco contratações por dispensa de licitação e uma contratação emergencial.

5.4.1. DETALHAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

Esta seção trata sobre as contratações realizadas pela Alagoas Ativos S.A, sejam através de pregão eletrônico, dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação.

A. CONTRATAÇÕES POR PREGÃO ELETRÔNICO

De início cumpre-nos informar que no ano de 2022 a Alagoas Ativos S.A, no que tange as contratações mediante pregões eletrônicos formalizou a seguinte contratação:

- Pregão Eletrônico 002/2021 – SR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de veículos através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000142/2021.

B. TERMOS ADITIVOS

No exercício 2022 a Alagoas Ativos S.A formalizou os seguintes termos aditivos:

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000077/2022 formalizou o SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, tendo por objeto a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000001/2022 formalizou o QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2018 - MEYER, tendo por objeto a vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000044/2022 formalizou o QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2018 - F.A.M APERTI, tendo por objeto a vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000068/2022 formalizou o QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2018 – OI MÓVEL S.A, tendo por objeto a vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000095/2022 formalizou o QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2018 – G5 OPERADORA TURÍSTICA, tendo por objeto o prazo de vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000152/2022 formalizou o QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 032/2018 – ALEXANDRE LOPES DO NASCIMENTO EPP, tendo por objeto a vigência e execução e valor do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000100/2022 formalizou o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2020 – CONSERG, tendo por objeto o prazo de vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000154/2022 formalizou o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO S/N – CLARO S.A, tendo por objeto o prazo de vigência e execução e valor do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000041/2022 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2021 - CEPAL, tendo por objeto o prazo de vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000050/2022 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2021 - GREENCARD, tendo por objeto o prazo de vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000081/2022 formalizou o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2021 – PRETORIAN, tendo por objeto o prazo de vigência e execução do contrato.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000146/2022 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 007/2021 – PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, tendo por objeto prorrogação do prazo de vigência e execução constante da cláusula segunda do contrato ora aditado, por mais 12 (doze) meses, bem como o remanejamento do montante disponível do combustível tipo GASOLINA para o combustível DIESEL/DIESEL S10.

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000149/2022 formalizou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2022 – SR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, tendo por objeto a locação de veículos para esta Alagoas Ativos S.A.

C. TERMOS DE APOSTILAMENTO

No exercício 2022 a Alagoas Ativos S.A formalizou os seguintes termos de apostilamentos:

- Nos autos do processo administrativo eletrônico de nº E:62017.0000000119/2022 formalizou o TERMO DE APOSTILAMENTO 002/2022 AO CONTRATO 007/2021 – PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, tendo por objeto o remanejamento do atual saldo existente do combustível tipo ÁLCOOL para o combustível tipo DIESEL/DIESEL S-10.

D. SEÇÃO 04 – CONTRATAÇÕES POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Alagoas Ativos S.A, no que tange as contratações mediante dispensa de licitação formalizou as seguintes contratações.

- Termo de Contrato 001/2021 – CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES S/S - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de auditoria independente, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000011/2021.

- Termo de Contrato 002/2022 – F.A.M SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA LTDA - Contratação de empresa especializada para aquisição de licença antivírus, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000008/2022.

- Termo de Contrato 003/2022 – F.A.M SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA LTDA - Contratação de empresa especializada para aquisição de licenças do pacote office, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000007/2022.

- Termo de Contrato 004/2022 – CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES S/A - Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de auditoria independente para elaboração de parecer das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2021, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000012/2022.

- Termo de Contrato 005/2022 – BARBOSA ENGENHARIA - Contratação de empresa especializada na prestação na prestação de consultoria técnica para elaboração de programas, laudos, gestão e lançamento de informações do sistema e-Social, SST, incluindo os serviços em medicina do trabalho, de modo a elaborar, implantar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) ou Programa de Gerenciamento de Risco - PGR, realização de exames médicos admissionais, periódicos, de mudanças de função e demissionais, com a respectiva emissão do ASO – Atestado de Saúde Ocupacional através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000010/2022.

- Termo de Contrato 008/2022 – LEDS AIR PORTS – Contratação de empresa especializada na elaboração de caderno de encargos acerca da concessão do Aeroporto Costa dos Corais, em Maragogi/AL, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000099/2022.

E. CONTRATAÇÕES POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Alagoas Ativos S.A, no que tange as contratações mediante inexigibilidade de licitação formalizou as seguintes contratações.

- Termo de Contrato 006/2022 – IEPIS - Contratação direta de empresa especializada na prestação de serviço de estudo de viabilidade da outorga das garantias realizadas pelo Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, com ênfase na realização de análise e matriz de riscos assumidos pelo do parceiro público nas respectivas Parcerias Público-Privadas em que são parte, com revisão anual, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000055/2022.

- Termo de Contrato 009/2022 – GBPRAZZO SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - Contratação direta de empresa especializada na prestação dos serviços de supervisão e engenharia especializada em concessões e PPP's de saneamento básico, de elaboração de estudos técnicos e supervisão especializada em concessões e PPP's existentes, bem como o planejamento técnico para as futuras operações, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000133/2022.

- Termo de Contrato 010/2022 – SPALDING E SERTORI ADVOGADOS - Contratação direta de empresa especializada na prestação dos serviços de assessoria jurídica, na análise, elaboração de pareceres e implementação das estratégias jurídicas no tocante a concessão pública de tratamento de água e saneamento, com base no novo marco regulatório instituído pela Lei 14.026, de 2022, considerando de que após a realização do leilão dos blocos B e C, alguns municípios alagoanos que não tinham aderido anteriormente, manifestaram interesse em integrar as unidades regionais de saneamento, se fazendo necessário uma assessoria qualificada para auxiliar na questão, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000130/2022.

E. CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS

Alagoas Ativos S.A, no que tange as contratações emergenciais formalizou as seguintes contratações.

- Termo de Contrato 007/2022 – R&B SERVIÇOS - Contratação direta de prestação de serviços terceirizados, com dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de insumos e equipamentos para atendimentos das necessidades da Alagoas, através dos autos do processo administrativo eletrônico E:62017.0000000073/2022.

5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A infraestrutura patrimonial da Alagoas Ativos envolve principalmente o imóvel em que está fixada a sede definitiva da empresa, a qual é locada de terceiros, três veículo também locado, cuja contratação foi realizada através de licitação e bens e equipamentos de uso comum utilizados rotineiramente pela equipe.

Em relação à gestão imobiliária, a empresa não possui imóvel próprio, nem utiliza imóvel do Estado de Alagoas. No final de 2018, a empresa se mudou para sua sede definitiva, onde se manteve durante todo o ano de 2022. A gestão do imóvel e dos ativos patrimoniais da empresa são de responsabilidade da Gerência Administrativa, que também é a esfera competente da empresa para realizar a manutenção preventiva e corretiva do imóvel e dos equipamentos e bens de uso habitual.

Quanto aos veículos, a empresa optou pela locação, tendo em vista a comodidade do serviço prestado pela empresa locadora em casos de manutenção, avarias e trocas dos veículos, que não são ficam sob responsabilidade da empresa.

5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão da tecnologia da informação é feita através de empresa terceirizada, que efetuou a instalação de todos o sistema de tecnologia da Alagoas Ativos e realiza a manutenção preventiva e corretiva do sistema de informática, servidores e provedores de internet.

Para maior segurança das informações e dados, a empresa possui servidor próprio em que hospeda seus documentos e trabalha com e-mail corporativo próprio, para que não haja falha de segurança que possa prejudicar a empresa. Por fim, a empresa funciona com backup permanente e sistema de antivírus moderno, de forma a dar maior segurança estrutural às informações tratadas na empresa.

5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental é um dos valores da Alagoas Ativos, consubstanciado em ter atitudes e iniciativas quanto aos impactos ambientais. Tendo em vista que o seu negócio não impacta diretamente o meio ambiente com resíduos e atividades prejudiciais, a empresa ainda não possui uma política de gestão ambiental.

No entanto, toda a equipe é orientada a trabalhar diariamente com atitudes que minimizem ainda mais esses impactos, como redução no consumo de energia elétrica e água, exemplificados

na aquisição de condicionadores de ar com função inverter, que são mais eficientes e otimizam o consumo de energia, além de a sede da empresa ter sido instalada em edifício com janelas amplas, em que é possível manter as luzes desligadas durante o dia na maior parte do imóvel.

Dessa forma, a equipe foi orientada em manter condicionadores de ar e luzes desligadas quando a sala não estiver em utilização, além de utilizar o mínimo de papel possível, preferindo o uso de arquivos digitais e comunicação virtual sempre que possível.

Nesse sentido, em 2022, a empresa manteve a utilização do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, de forma a tramitar todos os seus processos administrativos eletronicamente, sem a necessidade de processos físicos, e o procedimento de pregão eletrônico para suas contratações, com o objetivo de tornar as licitações mais eficientes e ágeis.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS

A empresa contratada apresentou seu relatório com a seguinte opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras da ALAGOAS ATIVOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALAGOAS ATIVOS S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Relatório completo dos Auditores Independentes consta do Anexo II.

6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis constam do Anexo III deste Relatório de Gestão.

6.3 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas às demonstrações financeiras constam do Anexo IV deste Relatório de Gestão.

7. CONCLUSÃO E APROVAÇÃO

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser uma entidade essencial na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado.

Nesse sentido, o principal papel da empresa é ser responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs, atuando, também, como a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado em 2019, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2022, a empresa se empenhou ainda mais em sua missão institucional, atuando diretamente na atividade para a qual foi criada, principalmente no que se refere ao Fundo lagoano de Parcerias – FAP. Aa empresa obteve ainda mais resultados, gerindo efetivamente o Fundo, juntamente com o Banco do Brasil, que atua como agente de pagamento, e tendo outorgado sua primeira garantia, referente ao projeto da SANEMA. Para marcar ainda mais a importância desses resultados, a empresa recebeu suas primeiras remunerações, tanto pela administração do Fundo, quanto pela outorga da garantia.

Além desses resultados, a empresa avançou em outros projetos, como concessão do CEASA, Aeroporto Regional de Maragogi e o Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado, que terão maior foco em 2022, conforme interesse do Estado de Alagoas.

Assim, o Conselho de Administração declara que aprovou nesta data o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2022 apresentado pela Diretoria geral da Alagoas Ativos S.A.

Maceió, 02 de outubro de 2023

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO
Presidente do Conselho de Administração

THIAGO PIMENTEL LEITE TEIXEIRA
Membro Conselho de Administração

RENATA DOS SANTOS
Membro Conselho de Administração

SÂMIA SURUAGY DO AMARAL BARROS PACHECO
Membro do Conselho de Administração

8. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

CARTA ANUAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA

ALAGOAS ATIVOS S.A.

MACEIÓ/2023

ALAGOAS ATIVOS S.A.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

EXERCÍCIO BASE 2022

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30.6.2016, o Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2022.

I. IDENTIFICAÇÃO

Denominação da Sociedade: Alagoas Ativos S.A.

Sede: Maceió - AL

CNPJ: 29.218.037/0001-72

Tipo de Estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: Estado de Alagoas

Tipo Societário: Sociedade Anônima

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: Estadual

Setor de Atuação: Administração Pública em geral

Telefones de contato: (82) 3435-0736 e (82) 98873-0206

Endereço eletrônico: contato@alagoasativos.com

Sítio eletrônico: www.alagoasativos.com

Endereço: Rua Sampaio Marques, 25, Sala 608, Edf. Delman Empresarial, Pajuçara, CEP 57030-107, Maceió, AL

Diretor Presidente: Antônio Tenório Cavalcante Neto

Auditores Independentes: Convicta Auditores Independentes S/S

Diretoria Geral:

Diretor Presidente - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Diretor Executiva – Eder Correia de Araújo

Diretor Financeiro – Adriana Andrade Araújo

Conselheiros de Administração subscritores da Carta de Políticas Públicas:

Presidente – George André Palermo Santoro

Conselheiro - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Conselheiro - José Ernesto de Souza Filho

Conselheira – Gabriela Magalhães

Conselheira – Maria Clara Cavalcante Bugarim

II. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, com sede e foro em Maceió, tem como missão “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, definem seu fim específico:

- I – Colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- II – Gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- III – Gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- IV – Estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

- I – Administrar e explorar economicamente ativos estaduais;
- II – Auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;
- III – Estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- IV – Auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;
- V – Auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;
- VI – Colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;
- VII – Participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – Realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Alagoas Ativos S.A. foi criada para fazer parte do Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Alagoas, publicado pela Lei Estadual nº 8.232, que possui o intuito de promover, fomentar e disciplinar a realização de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta.

A referida lei foi publicada após diversos estudos sobre as concessões e PPPs existentes no Estado e traz as diretrizes de estruturação e governança do Programa de Concessões e PPPs, o Plano Estadual de Concessões e PPPs, além de dispor sobre os instrumentos, regras de licitação e contratos firmados no âmbito do Programa.

Nesse contexto criado, a Alagoas Ativos tem o papel principal de ser responsável por gerir o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado para garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

Ainda, a empresa tem como um de seus objetivos institucionais ser uma entidade de auxílio ao Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral, de forma a viabilizar projetos de concessão e de parcerias público-privadas junto às Secretarias de Estado interessadas, realizando análises e modelagens de projetos de concessões e parcerias público-privadas.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial e dos ativos do Estado de Alagoas ou de seus órgãos e entidades da administração direta, auxiliando na conservação, manutenção e melhor aproveitamento dos bens públicos estaduais.

2.1. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa realizou estudos sobre projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão.

2.1.1. PARTICIPAR DE TRÊS PROJETOS DE CONCESSÕES OU PPPS ATÉ 2022

Em 2022, a empresa realizou pequenos avanços em relação às modelagens de concessões e PPPs, tendo poucos desenvolvimentos importantes quanto aos projetos, o que levou a não cumprir totalmente o objetivo de participar de três projetos dessa natureza, uma vez que participou

do projeto da Concessão do CEASA e do Aeroporto de Maragogi, mas não tendo realizado avanços significativos no projeto relativo ao Centro de Convenções.

O Projeto que mais obteve avanços significativos foi o Aeroporto de Maragogi, a empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o seu desenvolvimento. Ainda, tendo em vista que as obras da estrutura do Aeroporto foram iniciadas pelo Governo do Estado, os estudos referentes a sua concessão avançaram paralelamente para que o cronograma do projeto seja cumprido conforme o planejamento.

Quanto ao projeto do CEASA, a empresa já havia apresentado estudos preliminares, porém, por conta do lapso temporal entre a sua realização e o presente momento, foi solicitada a sua atualização para que a empresa possa passar para as próximas etapas.

Por fim, em relação ao Centro de Convenções, não houve avanços significativos, porém foram retomadas as negociações e conversas entre os órgãos e instituições envolvidas para resolver as pendências burocráticas que impedem a continuidade do projeto.

2.1.1.1. AVALIAÇÃO DO CEASA MACEIÓ

A Central de Abastecimento de Alagoas - CEASA/AL é administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL, autarquia estadual criada pela Lei nº 6.194/00, e vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI.

A empresa é gerida com uma combinação de recursos oriundos de receitas próprias e dotação pública. O IDERAL tem como objetivo dar suporte à SEAGRI na implementação de sua agenda de promoção da agricultura, pesca e abastecimento a partir da prestação de serviços de distribuição, classificação e armazenagem.

Na distribuição, o IDERAL atua tanto no nível estadual quanto no nacional como um canal de comercialização de seus produtores, viabilizando toda a cadeia de distribuição agroalimentar. Nesta função, a CEASA/AL desempenha papel fundamental de controle e a fiscalização do fluxo, da qualidade e das condições higiênicas e sanitárias das mercadorias.

Após estudos preliminares, os dados levantados demonstraram que, apesar da evolução na receita durante o período analisado, parte desta receita é custeada pelos aportes realizados pela SEFAZ/AL e por conta disso a CEASA/AL fica extremamente dependente deste repasse, o que reflete na grande variação entre lucros/prejuízos.

O estudo, então, recomendou o modelo de Concessão de Uso de Bem público com a Exploração, Operação e Manutenção, de forma que o Estado poderá exigir mais investimento de modernização das atividades do aparelho estatal, uma vez que ele possui instrumentos legais de controle e fiscalização do concessionário, acarretando a desoneração do ente federativo da prestação do serviço público.

Em 2022, o projeto se tornou prioridade para o Estado, tendo a SEFAZ iniciado a edição de Decreto concedendo benefícios fiscais importantes para aqueles interessados em trabalhar no CEASA, o que tornará o projeto ainda mais atrativo.

Assim, a empresa passou a atualizar as informações referentes ao projeto e aos estudos já realizados anteriormente, para que, em 2022, possa passar para as próximas fases e entregar os demais documentos para o órgão solicitante.

2.1.1.2. AEROPORTO COSTA DOS CORAIS EM MARAGOGI

O Aeroporto Costa dos Corais é o projeto de estruturação de um novo aeroporto no Município da Maragogi, de forma a incentivar ainda mais o turismo na região. O Aeroporto está em processo de construção e será entregue pelo próprio Estado de Alagoas, enquanto a Alagoas Ativos ficou responsável pelo estudo sobre a melhor forma de administração deste ativo, assim como o desenvolvimento do projeto.

A empresa entregou os primeiros estudos preliminares e realizou diversas reuniões de desenvolvimento do projeto com o órgão interessado, o que avançou bastante o projeto. Dando sequência ao estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, foi realizado, conforme cronograma, road show com executivos dos principais operadores aeroportuários do País, quais sejam:

Sr. Alexandre Monteiro – Presidente do aeroporto Rio Galeão
Sr. Dimas – Diretor de operações do aeroporto Rio Galeão

Sr. Gustavo – Operador do aeroporto de Guarulhos

Sr. Jorge – Presidente do aeroporto de Brasília

Sr. Juan – Vice Presidente do aeroporto de Brasília

Sr. Kleber – Presidente do aeroporto de Belo Horizonte

Em novembro/21 o Estado de Alagoas e a Alagoas Ativos participaram do evento “Airport National Meeting 2021”, acontecido em Brasília-DF, onde o Governador Renan Filho apresentou o projeto de concessão do Aeroporto de Maragogi ao mercado, pela primeira vez.

Por sua vez, em 2022 for o momento de dar início às obras para a construção do Aeroporto, que será de responsabilidade do Governo do Estado e que será entregue completamente pronto para operação ao vencedor da futura concessão.

2.1.2 CRIAÇÃO E FORMATAÇÃO DO FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS – FAP

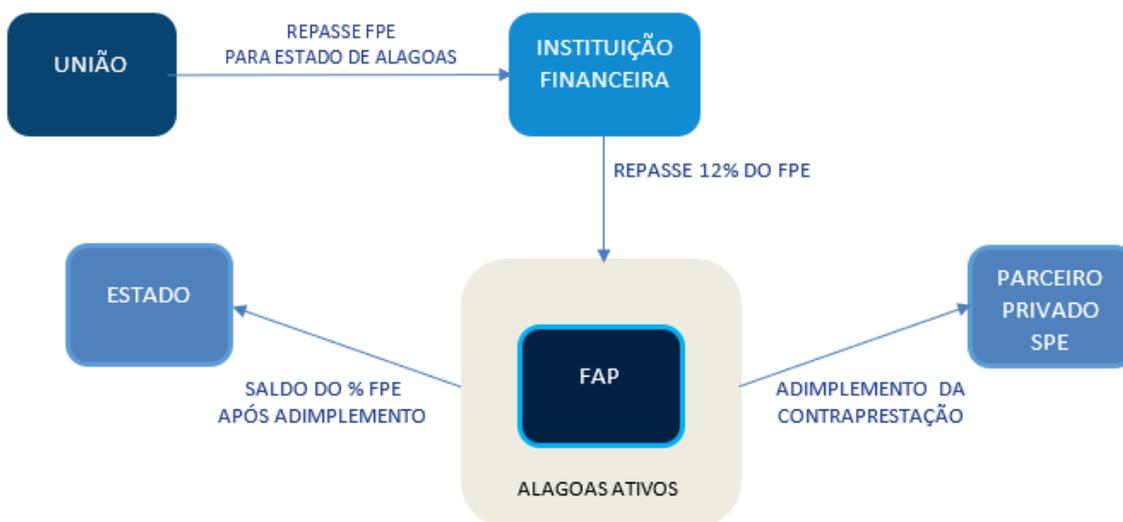
O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis. Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para os projetos públicos. Essa segurança pode ser refletida na criação de garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo, o FAP foi criado formalmente no final de 2019 e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Alagoas, na condição de parceiro público, em virtude de contratos de PPPs, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores.

Com natureza jurídica de direito privado, o FAP tem patrimônio próprio e separado do patrimônio de seus cotistas, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias, onde o Estado de

Alagoas é constituído como seu cotista inicial. Seu Estatuto e Regulamento já foram criados e sua estrutura contará com uma Assembleia de Cotistas e um Conselho Consultivo, a quem caberá a análise técnica dos pedidos de garantias de projetos efetuados ao Fundo.

O FAP será administrado e gerido pela Alagoas Ativos e, a princípio, o FAP será constituído por retenções mensais no percentual de 12% dos repasses a título de FPE recebidos pelo Estado de Alagoas, que ficarão temporariamente na conta do Fundo para caso seja necessário garantir alguma contraprestação pública. Assim será o funcionamento do Fundo:



Não houve objetivo estratégico específico relacionado ao Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, tendo em vista que ele foi totalmente estruturado ainda em 2020, sendo finalizado a assinatura do contrato entre a Alagoas Ativos, a SEFAZ/AL e o Banco do Brasil, instituição financeira que funcionará como Agente de Pagamento das garantias outorgadas pelo Fundo, tendo em vista ser o banco responsável pelos repasses do FPE aos Estados.

Além da assinatura do contrato, todos os processos internos necessários ao funcionamento do Fundo também foram mapeados e padronizados, quais sejam, os processos de contratação, acionamento e devolução. Em consequência, a empresa convocou Assembleia de Cotistas para alteração da documentação institucional do Fundo – Estatuto e Regulamento Interno.

Com o contrato, Estatuto e Regulamento devidamente adequados à realidade atual, o Fundo passou a estar efetivamente apto a funcionar e receber solicitações de garantias, já recebendo os repasses mensais do FPE e pronto para garantir projetos de parcerias público-privadas nos quais o Estado de Alagoas seja o parceiro público, aguardando somente a integralização das cotas pelo Estado de Alagoas.

O ano de 2021 foi extremamente importante em relação do FAP, tendo em vista que, em março, deu-se efetivamente início à administração do referido fundo, o que gerou a primeira receita da Alagoas Ativos, referente a sua remuneração pela gestão do Fundo.

Já em 2022 foi um ano extremamente importante para a empresa, tendo em vista que a empresa outorgou garantias a mais dois projetos do Estado, quais sejam SANEMA e Iguá, totalizando três projetos garantidos pelo Fundo e aumentando a receita da empresa.

2.1.3. FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Após visitas técnicas realizadas em 2018 à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos, a Alagoas Ativos, em conjunto com a FGV, que lhe presta consultoria, passou a realizar os estudos iniciais sobre a constituição, integralização e gestão do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa realizou o primeiro estudo sobre a adequação e gestão de ativos, em que fez uma análise sobre as possibilidades de gestão dos ativos imobiliários de acordo com sua situação de afetação ou desafetação e apontou os requisitos e procedimentos preliminares para a constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Também em 2019, a Alagoas Ativos, em conjunto com órgãos do Estado, realizou levantamento dos ativos imobiliários do Estado e avaliação de seu valor de mercado, além de um estudo econômico-financeiro preliminar, a partir dos dados apresentados, que foi concluído em 2020.

Em 2020 e 2021, a empresa focou na avaliação dos imóveis já levantados pelo Estado, de forma a ter um portfólio completo dos imóveis que constituirão o Fundo, além de ter realizado pesquisas aprofundadas relacionadas ao efetivo funcionamento de um fundo dessa natureza.

Durante 2021 especificamente, a empresa negociou com o Banco do Brasil para que realizasse a estruturação do Fundo e sua administração, porém não obteve êxito, tendo em vista que o Banco, após diversas consultas jurídicas internas e pesquisa relacionadas ao tema, informou que somente poderia realizar a sua estruturação, uma vez que o Banco não administra fundo de imóveis, somente de fundos financeiros.

Tal resposta fez com que a Alagoas Ativos reiniciasse todo o seu procedimento de contratação de empresas especializadas na estruturação e administração de Fundos Imobiliários. Assim, durante todo o ano de 2021, passou a focar no desenvolvimento do termo de referência, edital e contrato para que pudesse iniciar esse processo de contratação, o que se provou uma tarefa complexa.

Ainda em 2021, a empresa manteve conversas abertas com grandes players do mercado financeiro, tanto para desenvolver a melhor estrutura para contratação do futuro administrador do Fundo, quanto para sentir o interesse do mercado no Fundo do Estado de Alagoas.

Dessa forma, pela própria complexidade deste objetivo, a empresa, apesar de ter realizado diversos avanços, ainda não obteve êxito em concluí-lo, postergando sua finalização para 2022. No entanto, em 2022, o projeto não foi prioridade para o Governo, que solicitou que a criação do Fundo seja suspensa enquanto estuda se dá continuidade ou não com o projeto.

3. METAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu três objetivos estratégicos principais: Estruturar Fundo Imobiliário, garantir todos os projetos solicitados através do FAP e Participar da modelagem de Concessões e PPPs até 2022.

Em 2022, a empresa a empresa cumpriu as seguintes metas:

- a) Garantir projeto SANEMA através do Fundo Alagoano de Parcerias;
- b) Garantir projeto IGUÁ através do Fundo Alagoano de Parcerias;
- c) Aumento de receita a partir da gestão do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;
- d) Aumento de receita a partir de garantia de projetos através do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP;
- e) Expandir serviços prestados pela empresa.

3.3. METAS PARA 2023

Para 2023, a empresa revisou seu Planejamento Estratégico, traçando novas metas para a empresa, das quais se destacam:

- a) Realizar a modelagem do Aeroporto de Maragogi;
- b) Modelar, pelo menos, mais dois projetos de Concessão e PPP até 2023;
- c) Estruturar e criar Fundo imobiliário para otimizar a gestão dos ativos patrimoniais do Estado de Alagoas;
- d) Analisar estruturas das PPPs já existentes no Estado e avaliar a possibilidade de substituição das garantias fornecidas;
- e) Expandir serviços prestados pela empresa.

4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Enquanto empresa pública, a Alagoas Ativos não tem competência direta para executar políticas públicas, uma vez que, de acordo com sua lei de criação, tem atribuição de auxiliar a Administração Pública, através da prestação dos serviços elencados na sua lei de criação e no seu Estatuto Social a órgãos, entidades e outras empresas estatais do Estado de Alagoas.

Em 2022, a empresa gerou suas primeiras receitas próprias mensais e recorrentes, a partir do serviço de administração do Fundo Alagoano de Parcerias e da gestão das outorgas de garantias através do Fundo, além de ter aumentando o momento das receitas com a outorga de novas garantias para dois projetos de PPP do Estado.

Dessa forma, a partir do exercício financeiro de 2021, a Alagoas Ativos se mantém autonomamente com suas próprias receitas e continuará a buscar novas fontes de renda, de forma a ser cada vez mais rentável e independente.

5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista a missão da Alagoas Ativos de “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”, e seus fins específicos, previstos em sua lei de instituição, é possível elencar dois principais impactos que se espera quando da operacionalização das políticas públicas pela empresa.

O primeiro impacto direto para a empresa é efetivamente gerar receitas, seja pela remuneração pela outorga de garantias concedidas nos projetos de concessões e PPPs, seja pela gestão do Fundo Imobiliário e do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

O segundo impacto é a captação de investimentos para o Estado de Alagoas, através dos projetos de concessões e PPPs, que serão fontes de novos empregos, aumento do PIB e a melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos do Estado.

III. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, III e VIII, exige a elaboração “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Alagoas Ativos é uma empresa que tem a função de auxiliar na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado e na gestão dos ativos patrimoniais do estado, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- a) colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- b) gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- c) gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- d) estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Assim, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs e concessões, sendo a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de PPPs, enquanto parceiros públicos.

É, também, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

2. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Dentre as estruturas de controle da Alagoas Ativos estão o Conselho Fiscal, o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, e a Assessoria Jurídica, diretamente vinculada à Diretoria Geral, e que é responsável por assessorar a Diretoria-Geral e as áreas em relação aos aspectos jurídicos a serem observados ou considerados na condução dos negócios da Companhia.

A empresa também mantém o cargo de Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, que anteriormente era a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, alterada para adequar a empresa às mais modernas metodologias de gestão e governança corporativa. O cargo é responsável por desenvolver, implementar e avaliar o Programa de Integridade e controlar a sua execução, suportar a implementação de controles internos e ações voltadas ao combate à

corrupção, suborno e fraude, realizar diligências de averiguação antes da contratação de qualquer empregado e fornecedor da empresa e realizar investigações internas a fim de averiguar a conformidade das condutas dos colaboradores, realizar o gerenciamento dos riscos, realizar auditorias na área do Almoxarifado e na área operacional e de outras áreas específicas para apurar possíveis irregularidades nos procedimentos internos da empresa, aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações.

Em relação à rotina operacional, cada unidade possui seus próprios controles internos em relação às suas atividades, como licitações, contratos, processos administrativos, pagamentos, contabilidade, fornecedores, entre outros. No que se refere à perspectiva de Processos Internos, a Alagoas Ativos revisou todos os processos internos mapeados e padronizados em 2019, além de ter finalizado a padronização dos processos principais do Fundo Alagoano de Parcerias.

A empresa contou com auditoria independente que examinou suas demonstrações contábeis referentes ao balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício de 2022. No que se refere ao controle externo, a empresa está subordinada ao controle da sociedade, à Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, a qual a Alagoas Ativos está vinculada, à Controladoria Geral do Estado de Alagoas e ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que são responsáveis pela fiscalização externa da Empresa.

3. FATORES DE RISCO

Para analisar o ambiente em que a Alagoas Ativos se encontra e substanciar seu planejamento estratégico para 2022, a empresa utilizou a ferramenta de gestão Análise SWOT, em que identificou as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças que podem interferir na definição de suas metas, diretrizes e ações voltadas para o cumprimento de seus objetivos estratégicos.

Conforme a Análise, os fatores relevantes para a atuação da Alagoas Ativos foram:

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
FATORES INTERNOS	FORÇAS <ul style="list-style-type: none"> • Facilidade em adaptação • Comprometimento • Desenvolvimento pessoal; • Boa localização. • Transparência • Ética e conduta íntegra da equipe. 	FRAQUEZAS <ul style="list-style-type: none"> • Manuais e políticas internas • Não possui controle total sobre sua atividade fim; • Ausência de Gestão de Pessoas; • Ainda não possui receitas; • Baixa segurança de informações;
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none"> • Interação entre o setor público e o setor privado; • Flexibilidade nos processos • Área de mercado novo • Segurança econômica do Estado (situação fiscal do Estado) 	AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none"> • Volatilidade nas estratégias de investimentos do Estado; • Obtenção de informações externas • Confusão finalística com outros órgãos • Público desconhece a empresa; • Atuação de Sindicatos

Como etapa inicial para a implantação do Sistema de Compliance da empresa, realizou-se a análise de riscos, em que se identificou riscos estratégicos, operacionais e de conformidade relacionados com as atividades tanto finalísticas, quanto internas da empresa.

Com base nos fatores relevantes identificados na Análise SWOT e na análise de riscos, a Alagoas Ativos realiza o gerenciamento e revisão anual dos riscos identificados, de forma a definir as estratégias de tratamento e os eventuais controles internos a serem implantados.

4. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Em 2022, os gastos da Alagoas Ativos se concentraram em despesas com pessoal e de custeio. Na categoria de Pessoal, incluem-se os gastos com salários, encargos sociais e pagamento de verba de representação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Já na categoria custeio, estão incluídos, principalmente, as despesas com fornecedores habituais da empresa e materiais de consumo.

Como nos anos anteriores, a Alagoas Ativos realizou a aplicação dos recursos, a qual teve suas variações de rendimentos no decorrer dos meses. Desta forma, foi possível verificar o comportamento ocorrido em nossas aplicações, Público Supremo e Público Absoluto, e de nossa disponibilidade financeira.

Por fim, foi o primeiro ano em que a empresa recebeu receitas todos os meses referentes à administração do Fundo Alagoano de Parcerias e da outorga de garantias concedidas pelo Fundo, o que torna a empresa autossuficiente e superavitária.

5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por um Conselho de Administração, integrado por cinco membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração.

Como instância maior de fiscalização da empresa está o Conselho Fiscal, composto por quatro membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária

A empresa conta, ainda, com uma Superintendência de Governança, Riscos e Compliance, responsável tanto pela implantação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance da empresa, da verificação da conformidade da empresa às exigências legais e pela implantação, execução e monitoramento da auditoria interna da empresa e avaliação e acompanhamento dos controles internos de cada área.

Como resultado do trabalho realizado por esta Superintendência em 2022, a empresa conta com os seguintes documentos internos:

- p) Código de Conduta Ética
- q) Política de Classificação de Informações

- r) Política de Divulgação de informações
- s) Política de Porta-Vozes
- t) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses
- u) Política de Indicação de Administradores
- v) Política de Distribuição de Dividendos
- w) Política de Remuneração dos Administradores
- x) Política de Diárias e Passagens
- y) Políticas de Compliance
- z) Política de Fornecedores
- aa) Política de Avaliação de Imóveis
- bb) Políticas de Combate à Lavagem de Dinheiro, Nepotismo e Fraude
- cc) Política de Atuação em Projeto
- dd) Política de Capacitação

Outros documentos essenciais para o desenvolvimento das atividades da empresa são o Estatuto Social e o Regimento Interno, ambos revisados em 2022.

Importante mencionar que todas as mudanças de diretoria e as contratações realizadas em 2022 foram precedidas do procedimento de due diligence, ou diligência prévia, implantado pela Superintendência de Governança, Riscos e Compliance para verificar a adequação da pessoa ao cargo, o preenchimento dos requisitos legais e regimentais e a existência de alguma situação de conflito de interesse que possa prejudicar ou interferir nas atividades da Alagoas Ativos.

Mantendo sua atuação em conformidade com as exigências legais, a área continuou a operar e gerenciar o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE, em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

6. REMUNERAÇÃO

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade não é afetada diretamente pelos indicadores de atuação da empresa. A empresa possui um quadro fixo de cargos e salários. Os valores remuneratórios são norteados pelos padrões dos agentes públicos, servidores ou empregados, do Estado de Alagoas, apesar de a empresa ser independente do Tesouro Estadual.

Quanto aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, compete à Assembleia Geral fixar sua remuneração. O Conselho de Administração, por sua vez, tem a atribuição de definir os valores de remuneração da Diretoria Geral e esta é responsável por fixar a remuneração dos empregados da empresa, em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, 13.303/16 e Decreto Estadual nº 52.555/16.

O regime de trabalho é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, décimo terceiro salário, férias, inclusive indenizadas, e eventuais benefícios, sujeito, ainda, ao recolhimento previdenciário. A remuneração dos administradores, conselheiros e empregados são divulgados no site institucional.

NOME	CARGO	REMUNERAÇÃO
George André Palermo Santoro	Conselheiro de Administração	R\$ 4.950,00
Antônio Tenório Cavalcante Neto	Conselheiro de Administração	R\$ 4.950,00
José Ernesto de Souza Filho	Conselheiro de Administração	R\$ 4.950,00
Gabriela Magalhães	Conselheiro de Administração	R\$ 4.950,00
Maria Clara Cavalcante Bugarim	Conselheiro de Administração	R\$ 4.950,00
Renata dos Santos	Conselheira Fiscal	R\$ 3.520,00
José Ediberto de Omena	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.520,00
Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira	Conselheira Fiscal	R\$ 3.520,00
Antônio Tenório Cavalcante Neto	Diretor Presidente	R\$ 25.139,14
Eder Correia de Araújo	Diretor Executivo	R\$ 17.597,40
Adriana Andrade Araújo	Diretora Financeira	R\$ 17.597,40

7. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser uma entidade de auxílio na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas no Estado.

Nesse sentido, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs, atuando, como a administradora do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2022, os esforços da empresa foram completamente focados nas atividades externas, que estão ligadas à obtenção de resultados, como a administração do FAP e a outorga de garantias a projetos de PPP no Estado, o início dos estudos sobre o Aeroporto de Maragogi, do projeto do CEASA de Maceió e a organização de todo o projeto de estruturação do Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado de Alagoas.

Foi um ano importantíssimo, pois foi o primeiro ano que a empresa gerou receitas mensais e recorrentes a partir de sua atividade finalística, referente à administração do FAP e à outorga de garantias pelo Fundo e que marcou um importante novo ciclo resultados, que serão ainda mais aprofundados em 2023.

8. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2022, em conformidade com o art. 8º, I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de março de 2016.

Maceió, 02 de outubro de 2023

GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO

Presidente do Conselho de Administração

THIAGO PIMENTEL LEITE TEIXEIRA

Membro Conselho de Administração

RENATA DOS SANTOS

Membro Conselho de Administração

SÂMIA SURUAGY DO AMARAL BARROS PACHECO

Membro do Conselho de Administração

